

carris 

Companhia Carris de Ferro de Lisboa

RELATÓRIO E CONTAS 2002





RELATÓRIO E CONTAS 2002

ÍNDICE

Órgãos Sociais	6
Relatório de Gestão	
1. Apresentação	9
2. Serviço Prestado	10
3. Recursos Humanos	16
4. Recursos Materiais e Tecnologias	20
5. Recursos Financeiros	25
6. Resultados Económicos	27
7. Evolução Prevista	34
8. Proposta de Aplicação de Resultados	35
9. Considerações Finais	35
Contas do Exercício	37
Relatório e Parecer do Fiscal Único	57
Certificação Legal das Contas	61



ORGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

<i>Presidente</i>	Dr. Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete
<i>Vice Presidente</i>	Dr. António Pinto Leite
<i>Secretário</i>	Dr. Manuel Antunes Vicente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

<i>Presidente</i>	Dr. José Manuel Silva Rodrigues
<i>Vogais</i>	Eng.º Jaime Cipriano da Costa Rocha Quaresma
	Eng.º Augusto António Brinquê Proença
	Eng.º José Alexandre Gonçalves Pereira de Oliveira
	Dr. António de Carvalho Santos e Silva

FISCAL ÚNICO

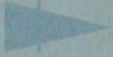
	Raimundo Aleixo, Celestino Rodrigues & Silvério Rodrigues (SROC), representada por
	Dr. Leontino Raimundo Aleixo (ROC)
<i>Suplente</i>	Dr. Luís Marques Granja (ROC)

DIRECÇÕES, OUTROS ORGÃOS DE 1ª LINHA E GABINETES

<i>Direcção Técnica e de Aprovisionamento</i>	Eng.º António Parente
<i>Direcção Comercial e de Estudos de Mercado</i>	Eng.º Élio Serra
<i>Direcção de Coordenação de Operações</i>	Eng.º Tec. José Maia
<i>Direcção Financeira</i>	Dr. Carlos Sousa Bentes
<i>Direcção de Manutenção</i>	Eng.º José Freire da Fonseca
<i>Direcção de Pessoal</i>	Eng.º Tec. Pedro Martins Pereira
<i>Coordenador das Estações</i>	Eng.º Vitor Gonçalves
<i>Gabinete de Secretariado Geral</i>	Dr. Luís Vale
<i>Gabinete de Contencioso</i>	Dr. Manuel Vicente
<i>Gabinete de Controlo Interno e Auditoria</i>	Dr. Carlo Sousa Bentes
<i>Gabinete de Informática</i>	Eng.º Carlos Figueiredo
<i>Gabinete de Qualidade, Segurança e Ambiente</i>	Eng.º José Penaforte
<i>Provedor do Cliente</i>	Eng.º António Quaresma



RELATÓRIO DE GESTÃO





O Relatório e Contas que a seguir se apresentam procuram reflectir a actividade da Empresa ao longo de 2002, podendo afirmar-se que não se verificaram factos relevantes capazes de alterar o sentido da evolução geral da Carris, ao longo dos últimos anos.

O exercício de 2002 foi, assim, caracterizado pela continuação da perda de passageiros (-3,6%), mantendo-se semelhante o nível da oferta (-0,2%), do que resultou a continuação da diminuição da taxa de ocupação que na rede de autocarros foi de 23,9% e na rede de eléctricos de 25,9%.

Embora a velocidade comercial não evidencie melhorias significativas, a regularidade do serviço público melhorou de forma sensível, o que é evidenciado pela diminuição dos veículos quilómetros perdidos por engarrafamentos.

Os proveitos tarifários cresceram 1,1% em consequência do efeito conjugado do aumento tarifário (+3,6%) e da já referida perda de passageiros.

O efectivo total (3 915 trabalhadores) evidenciou um ligeiro acréscimo (+1,0%) devido a um aumento do pessoal tripulante que se entendeu necessário para assegurar o cumprimento da oferta programada. Neste domínio, merece referência o facto de por dificuldades financeiras se ter suspenso a política de rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo. Por seu lado, as horas de trabalho extraordinário cresceram 3,6% devido a aumentos verificados na área comercial e de manutenção. A taxa de absentismo cresceu, tendo-se situado nos 12,1%. As horas de formação aumentaram 51,1%, embora se tenha verificado uma diminuição do número de trabalhadores abrangido. Esta formação destinou-se, sobretudo à qualificação de pessoal tripulante e a controladores e pessoal de tráfego no âmbito do sistema de ajuda à exploração (SAEIP).

A frota de serviço público não sofreu alterações, não se tendo recebido novos veículos, operando-se, em con-

sequência, 840 autocarros, 59 eléctricos, 6 ascensores e o elevador do Carmo, num total de 907 veículos.

Por outro lado, no exercício de 2002 merece destaque a implementação da 2.^a fase do sistema de ajuda à exploração e informação aos passageiros (SAEIP), o que permitiu que cerca de 50% da frota passasse a ser gerida por este sistema, o que se traduziu numa melhoria da qualidade do serviço prestado.

É, também, de destacar que no seguimento do projecto SIGO (Sistema de Informação para a Gestão de Operações), foi lançado o projecto PROSSIGO tendo em vista a implementação das soluções preconizadas de reformulação dos processos ligados à área de Operações da Empresa.

O investimento realizado no ano alcançou apenas 7,4 milhões de euros, bastante abaixo do que se verificou em anos anteriores.

No exercício em análise o resultado corrente foi negativo, no montante de - 71 669 milhares de euros, o que evidencia uma ligeira melhoria em comparação com o do ano anterior, tendo as indemnizações compensatórias atingido os 16 007 milhares de euros, cerca de 5,9% abaixo do ano anterior.

De referir que o Resultado Operacional Bruto evidência um ligeiro agravamento (+0,8%) em relação ao anterior, tendo-se cifrado em - 31 386 milhares de euros, consequência de uma diminuição de 3,1% nas receitas de transportes públicos e de uma redução de 2,1% nos custos directos de exploração.

Regista-se, por outro lado, a preocupação do Conselho de Administração face à situação de acentuado desequilíbrio financeiro da Empresa, agravada pelo disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, uma vez que se encontra perdido mais de metade do capital social, o que exigirá do accionista a adopção das medidas necessárias à reposição dos níveis adequados de cobertura deste.

2.1 REDE

Em 2002 registou-se uma variação positiva da extensão da rede de autocarros devido essencialmente a:

- Criação de uma nova carreira: 92 “Restauradores – Bairro Alto – Restauradores”;
- Alterações de percurso de várias carreiras, das quais se salientam as das carreiras 109 (em Alfragide Norte) e a 78, com alteração de percurso e de terminal.

REDE DE SERVIÇO PÚBLICO em 31/12/2002

CARACTERÍSTICAS	AUTOCARROS	ELÉCTRICOS
Extensão da Rede (via simples – km)	664	48
Comprimento acumulado das carreiras (km)	2063	60
Número de Carreiras	101	5



2.2 PROCURA

PROCURA						
EXPLORAÇÃO	PASSAGEIROS (10 ³)			PASSAGEIROS-KM (10 ⁶)		
	2002	2001	Δ%	2002	2001	Δ%
Autocarros	280 548	290 373	-3.4	954	987	-3.3
Eléctricos*	19 944	21 259	-6.2	44	47	-6.4
TOTAL	300 492	311 632	-3.6	998	1034	-3.5

* Inclui autocarros

No ano de 2002 manteve-se a quebra de passageiros transportados mas continuou a diminuir o ritmo de redução, tendo-se verificado um decréscimo de 3,6% (embora no que se refere a passageiros com título de transporte pago o decréscimo tenha sido apenas de 3,4%).

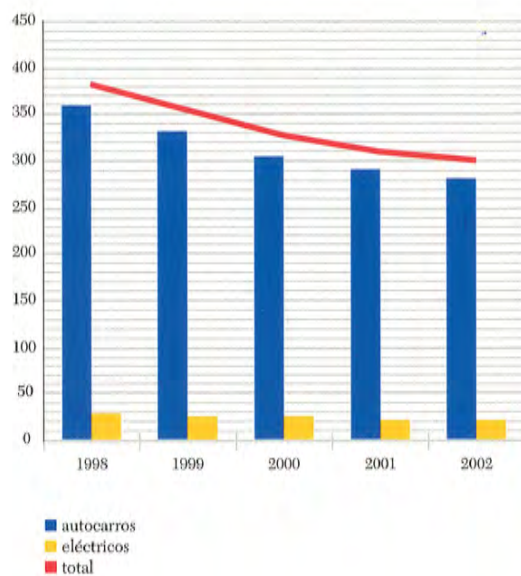
Entre as razões da descida da procura continuam a salientar-se:

- A transferência de passageiros para o Metropolitano;
- A concorrência do transporte individual, motivada pelo acréscimo da frota automóvel e maior número de lugares de estacionamento pago.

Verificou-se uma perda generalizada de clientes em todos os títulos de transporte, à excepção dos bilhetes de um dia e de três dias.

Os passageiros gratuitos e em fraude tiveram uma descida de 7,6%, tendo a taxa de gratuitos descido de 4,59% para 4,26% enquanto a de fraude aumentou de 1,20% para 1,27%.

Passageiros Transportados (10⁶)



2.3 OFERTA

A oferta manteve-se muito semelhante, em termos quantitativos, à do ano anterior:

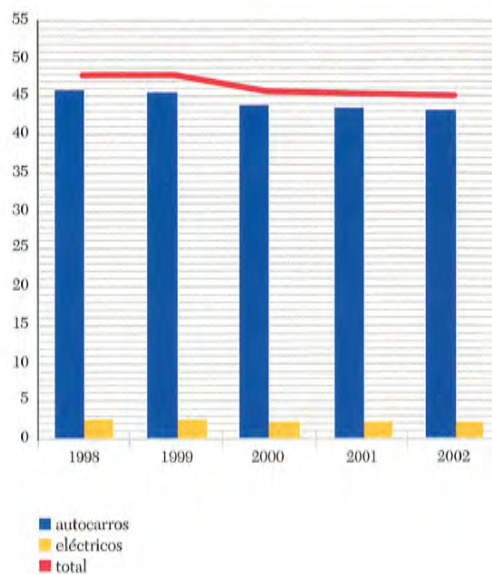
O número de veículos-km registou uma variação de -0,1% em autocarros e -2,5% em eléctricos; no global das explorações o decréscimo foi de 0,2%.

A oferta expressa em lugares-km apresenta decréscimos semelhantes à dos veículos-km visto que as lotações médias de autocarros e eléctricos não tiveram alteração significativa.

OFERTA						
EXPLORAÇÃO	VEÍCULOS-KM (10 ³)			LUGARES-KM (10 ⁶)		
	2002	2001	Δ%	2002	2001	Δ%
Autocarros	43219	43261	-0,1	3989	3995	-0,2
Eléctricos*	2099	2153	-2,5	169	175	-3,4
TOTAL	45318	45414	-0,2	4158	4170	-0,3

* inclui ascensores

Veículos - Km (10⁶)



2.4 QUALIDADE DE SERVIÇO

2.4.1

VELOCIDADE DE EXPLORAÇÃO

VELOCIDADE DE EXPLORAÇÃO			
EXPLORAÇÃO	VELOCIDADE DE EXPLORAÇÃO (km/h)		
	2002	2001	Δ%
Autocarros	14,88	14,84	0,3
Eléctricos	10,17	10,00	1,7

A velocidade comercial teve um aumento de 0,6%, recuperando em parte a diminuição verificada no ano anterior na exploração de autocarros e acentuando a melhoria então verificada na exploração de eléctricos.



2.4.2

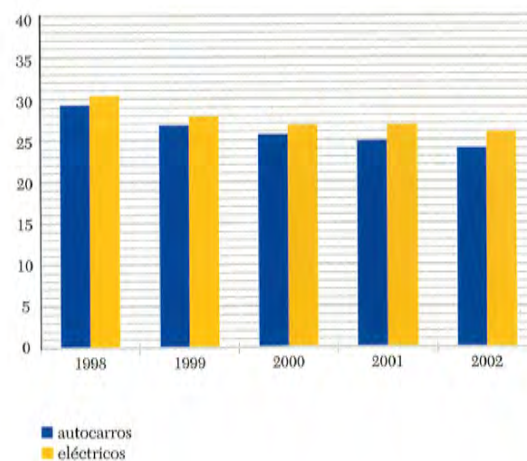
TAXA DE OCUPAÇÃO

TAXA DE OCUPAÇÃO			
EXPLORAÇÃO	TAXA DE OCUPAÇÃO (%)		
	2002	2001	Δ%
Autocarros	23,9	24,7	-3,2
Eléctricos*	25,9	26,8	-3,4

* inclui autocarros

À semelhança do ano anterior, verificou-se um decréscimo da taxa de ocupação dos veículos, que abrangeu também a rede de eléctricos ao contrário do sucedido no ano transacto. A rede de eléctricos continuou a registar uma taxa de ocupação superior à dos autocarros, tendência que se verifica desde 1998.

Taxa de Ocupação (%)



2.4.3

REGULARIDADE

VK PERDIDOS POR ENGARRAFAMENTO		(10 ³ do VK percorridos)	
EXPLORAÇÃO	2002	2001	Δ%
Autocarros	4,8	6,7	-28,4
Eléctricos	10,6	24,0	-55,8
TOTAL	5,1	7,5	-32,0

Como indicador indirecto da regularidade do serviço tem vindo a ser utilizado “o número de quilómetros perdidos por engarrafamentos e outros problemas de trânsito, por milhar de km percorridos”. Em conformidade, conclui-se ter havido uma melhoria da regularidade do serviço em 2002.

Trata-se de uma inversão da tendência verificada nos últimos anos, com diminuições bastante significativas, nomeadamente na rede de eléctricos, onde se verifica um decréscimo de 55,8%.

Apesar de, relativamente a 2001, se ter verificado uma redução significativa do número e duração das interrupções da circulação devido a veículos mal estacionados (12% e 19% respectivamente) este problema continua a ser motivo de preocupação. No ano verificaram-se 2026 ocorrências que implicaram 1384 horas de interrupção da circulação de veículos da Carris.

2.4.4

TAXA DE ACIDENTES

TAXA DE ACIDENTES		(Acidentes por 10 ⁶ do VK percorridos)	
EXPLORAÇÃO	2002	2001	Δ%
Autocarros	37,9	43,4	-12,7
Eléctricos*	97,1	99,1	-2,0

* inclui autocarros

A taxa de acidentes por milhão de quilómetros diminuiu em ambas as redes, ao contrário do verificado no ano passado. A diminuição foi mais acentuada na rede de autocarros onde também se verificara maior agravamento. As melhorias verificadas mais que compensaram os agravamentos constatados em 2001.

2.4.5

TAXA DE AVARIAS

TAXA DE AVARIAS		(n.º de avarias com interrupção do serviço/10 ⁶ VK)	
FROTA	2002	2001	Δ%
Autocarros	168	173	-2,9
Eléctricos	77	85	-9,4

As taxas de avarias tiveram uma evolução favorável em ambas as explorações, sendo mais acentuada na de eléctricos.

2.5 TARIFÁRIO

2.5.1

SISTEMA TARIFÁRIO

O ano de 2002 foi assinalado por dois aumentos tarifários. A primeira revisão tarifária entrou em vigor a 1 de Março com um aumento médio de 2,5%. A segunda entrou em vigor a 1 de Agosto com um aumento médio de 3,6%.

O aumento **médio** anual de preços daqui resultante foi em 2002 de 3,6%, assim desagregado por títulos de transporte:

TÍTULOS	%
Passes	3,3
Pré-Comprados	3,7
Bilhetes	8,2

Num projecto de parceria da Carris com a CML, que teve como principais objectivos a melhoria da acessibilidade à zona do Bairro Alto e a promoção da utilização do transporte público pelos utilizadores dos parques de estacionamento da Baixa cujo destino é o Bairro Alto, foi criado em Dezembro um novo Bilhete, designado "Bairro Alto Astral".



2.5.2

VARIAÇÃO DAS RECEITAS

Em 2002 as receitas de exploração atingiram os 68,9 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 1,1% relativamente a 2001, significativamente inferior ao aumento médio dos preços dos títulos de transporte (3,6%) verificado neste ano.

RECEITAS DIRECTAS DE EXPLORAÇÃO		(milhões de euros)	
TÍTULO	2002	2001	Δ%
Passes*	47250	46852	0,8
Pré-Comprados	11233	11378	-1,3
Bilhetes	10440	9926	5,2
TOTAL	68923	68156	1,1

* inclui receitas do Lisboa Card

O diferencial entre as taxas de variação das receitas e dos preços está associado à quebra de 3,3% nos passageiros com título de transporte pago, que afectou todos os tipos de títulos, mas teve especial incidência nos pré-comprados.

PASSAGEIROS COM TÍTULO DE TRANSPORTE PAGO		(milhares)	
TÍTULO UTILIZADO	2002	2001	Δ%
Passes	246414	254304	-3,1
Pré-Comprados	25149	26549	-5,3
Bilhetes	13191	13739	-4,0
TOTAL	284754	294592	-3,3

O decréscimo de receita verificado em pré-comprados (-1,3%) está associado à quebra da procura decorrente de:

- Transferências para fora do sistema de transportes públicos ou para o Metropolitano, quer por este operador ter aumentado a cobertura da sua rede, quer por não penalizar tarifariamente os transbordos.
- Eventuais transferências para os bilhetes de 1 e 3 dias cujas vendas aumentaram 39,5% e 20,5% respectivamente;

- Aumento de 6,1% da taxa de fraude, que é particularmente gravosa nos pré-comprados.

O aumento de 5,2% registado na receita de Bilhetes teve como causas:

- Aumento tarifário médio anual de 8,2%;
- Redução na utilização destes títulos em 3,9%;
- Significativo aumento da utilização dos Bilhetes de 1 e 3 dias (49,8% e 21,8% respectivamente), em parte por transferência do Bilhete Diário Carris / Metro.

O aumento de 0,8% registado na receita de Passes deve-se:

- Ao aumento tarifário médio anual de 3,3%;
- À redução da quantidade global de passes vendidos (-2,2%);
- Ao aumento das quantidades de passes combinados vendidos, que se verificou principalmente nos novos títulos criados a partir de 1999, em particular no passe Carris / Metro/R. Lisboa e nos combinados com a Fertagus.

PASSES VENDIDOS		(quantidades)	
TIPO DE PASSE	2002	2001	Δ%
Próprios	410940	426510	-3,7
Intermodais	3975444	4089691	-2,8
Combinados	659314	641357	2,8
TOTAL	5045698	5157558	-2,2

Receitas Directas de Exploração de 2002

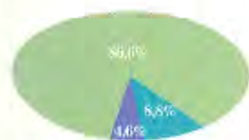


Receitas Directas de Exploração de 2001

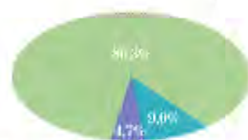


■ passes
■ pré-comprados
■ bilhetes

Passageiros com Título de Transporte Pago de 2002



Passageiros com Título de Transporte Pago de 2001



■ passes
■ pré-comprados
■ bilhetes

2.5.3

BILHÉTICA

Enquadrado num projecto conjunto dos operadores da Região de Lisboa de controle à eventual falsificação de senhas de passe, foi incorporado um holograma nas senhas de passe durante os primeiros seis meses de 2002, a título experimental. Findo este período, face aos elevados custos e não se tendo detectado efeitos significativos na receita, foi decidido suspender a experiência.

Em Março de 2002 foi assinado contrato para o fornecimento e instalação do novo sistema de bilhética, no seguimento do concurso internacional lançado no ano anterior.

A 1ª fase de concretização deste projecto de bilhética electrónica correspondeu à instalação e entrada em funcionamento da rede de vendas. Neste âmbito, e no decurso do mês de Novembro, ficou concluída a instalação dos equipamentos de venda e carregamento em todos os postos de venda da Carris, num total de 48 pontos de venda e em 37 concessionários, dos quais 7 estações dos CTT.

Paralelamente, procedeu-se ao desenvolvimento aplicacional do sub-sistema de vendas, por forma a assegurar o controlo interno dos processos de prestação de contas, de apuramento de receitas e de gestão de existências de títulos.

Foram também instalados o sistema central de bilhética (sub-sistema rede de vendas) e todas as comunicações físicas de e para o mesmo. Nesta fase, foram implementadas medidas de segurança lógica das comunicações por forma a garantir a confidencialidade, autenticidade e integridade dos dados sobre vendas.

3.1 ORIENTAÇÕES GLOBAIS

Em 2002, a gestão dos recursos humanos procurou manter as grandes linhas de orientação de anos anteriores, particularmente nos seguintes domínios:

- Aumento da produtividade e controlo da taxa de absentismo;
- Desenvolvimento de acções de formação profissional visando a optimização dos recursos humanos e a melhoria das competências profissionais, em sintonia com os projectos de modernização e reconversão tecnológica que a Empresa vem desenvolvendo, contribuindo também, para uma maior qualidade dos serviços prestados e para uma nova imagem da Empresa;
- Cumprimento das obrigações contratuais e legais, nomeadamente no âmbito das medicinas curativa e preventiva;
- Reforço da política de admissões exclusivamente dirigida para pessoal tripulante;
- Variação dos encargos globais com o pessoal inferior à taxa de inflação.

3.2 EVOLUÇÃO DO PESSOAL

Em 31 de Dezembro o número de trabalhadores era de 3 915, verificando-se um acréscimo de 1,03% (+ 40 trabalhadores) relativamente à data homóloga do ano anterior, que inverteu um ciclo prolongado de redução de efectivos que se verificava desde 1982.

EFFECTIVOS EM 31 DE DEZEMBRO

GRUPOS FUNCIONAIS	2002	2001	Δ%
Pessoal de Tráfego (1)	2 386	2 311	3,24
Pessoal Oficial (1)	712	741	-3,91
Restante Pessoal	817	823	-0,73
TOTAL	3 915	3 875	1,03

(1) Não inclui chefes superiores ou quadros superiores

O crescimento de 3,24% no pessoal de tráfego, visou conseguir a adequação do efectivo tripulante à oferta programada, tendo exigido um esforço de recrutamento.

Os outros grupos funcionais continuaram a diminuir com destaque para o pessoal oficial cuja redução atingiu 3,9%.

O pessoal tripulante na função em 31 de Dezembro de 2002 (2 112 unidades) correspondia a 53,9% do efectivo global da empresa, quota superior à do final do ano anterior em 1,4 pontos percentuais. Este crescimento resultou quer do acréscimo de tripulantes adquiridos e recuperados para a função (184 unidades), quer de uma erosão inferior à habitual (106 saídas), que se traduziram num acréscimo de 78 trabalhadores nesta função.

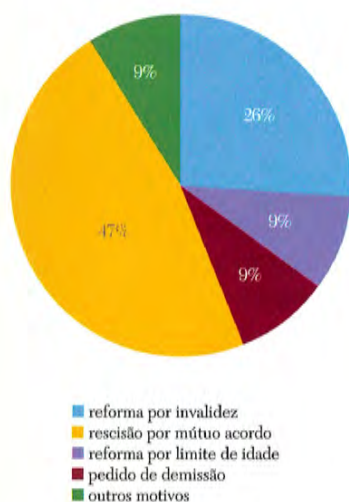
Verificou-se um ligeiro decréscimo no nível etário do pessoal de tráfego, fruto do esforço de recrutamento. Nos restantes grupos constatou-se um aumento desse nível, em resultado da não renovação do pessoal.

Efectuaram-se 176 admissões (+ 107 que no ano anterior), todas para pessoal tripulante: 150 motoristas de serviço público e 26 guarda-freios. Em contrapartida, ocorreu um decréscimo de 47,7% no volume de saídas, em resultado da suspensão da política de rescisões de contrato de trabalho por mútuo acordo.

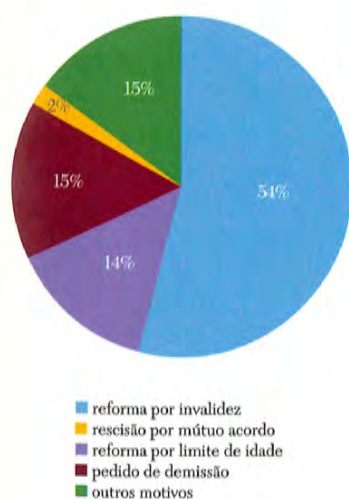
SAÍDAS DE PESSOAL

MOTIVOS	2002	2001
Reforma por invalidez	73	66
Rescisão por mútuo acordo	3	123
Reforma por limite de idade	19	23
Reforma antecipada	5	4
Pedido de demissão	21	24
Despedimento	6	5
Falecimento	1	11
Cessação de contrato a termo	8	4
TOTAL	136	260

Saídas de pessoal por motivos 2001



Saídas de pessoal por motivos 2002



3.3 TRABALHO SUPLEMENTAR

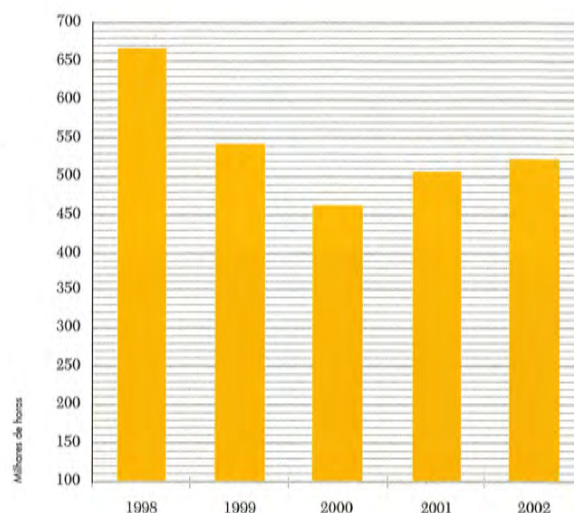
HORAS EXTRAORDINÁRIAS*

INDICADORES	2002	2001	Δ%
Total de Horas	523 437	505 109	3,6
Valor (milhar de euros)	4 275	4 034	6,0

* Não inclui prestação de trabalho em dias feriados

O acréscimo global das horas de trabalho suplementar relativamente ao ano anterior resulta de aumentos significativos na área comercial e na de manutenção, por sua vez consequência da diminuição de efectivos.

Horas extraordinárias



3.4 ABSENTISMO

A taxa de absentismo global teve um acréscimo absoluto de 0,92 pontos (+8,2%) quer pela via do absentismo por doença (+12,8%), quer pelos restantes motivos.

O absentismo, na sua globalidade, foi afectado pelo clima laboral na empresa, particularmente durante o 1º semestre e também no mês de Dezembro. A suspensão das rescisões de contrato por mútuo acordo, induziu também agravamentos no absentismo, particularmente por doença.

TAXA DE ABSENTISMO [%]			
MOTIVO	2002	2001	Δ%
Doença	5,99	5,31	12,8
Acidentes de Trabalho	0,45	0,52	-13,5
Faltas Justificadas	4,51	4,93	-8,5
Faltas Injustificadas	1,13	0,40	182,5
TOTAL	12,08	11,16	8,2

3.5 FORMAÇÃO

Em 2002, receberam formação assistida 1718 trabalhadores, sendo de 90 539 horas o tempo de formação recebida. Os trabalhadores abrangidos tiveram uma diminuição de 36,8% mas, em contrapartida, as horas de formação recebida aumentaram 51,1%. O diferencial das variações traduz um maior peso de cursos com elevada carga horária, nomeadamente dos cursos de qualificação para motorista e guarda-freios.

Neste ano, além dos cursos de formação de pessoal tripulante, merece especial referência a formação relativa ao sistema de ajuda à exploração (SAEIP) dirigida a controladores e pessoal de tráfego.

FORMAÇÃO REALIZADA			
INDICADORES	2002	2001	Δ%
Número de horas dos participantes (milhares)	90,5	59,9	51,1
Número de trabalhadores abrangidos	1 718	2 717	-36,8



3.6 ACIDENTES DE TRABALHO

Em 2002 registaram-se 209 Acidentes de Trabalho, o que em termos absolutos representa um ligeiro acréscimo de 1,0% relativamente ao período anterior.

Contudo, o indicador de gravidade apresenta uma evolução significativamente favorável, em consequência essencialmente do quantitativo de dias de baixa validados pela assistência da companhia de seguros ser muito inferior ao do ano transacto.

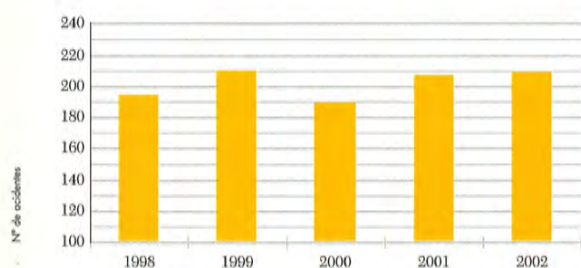
ACIDENTES DE TRABALHO			
INDICADORES	2002	2001	Δ%
Número de acidentes	209	207	1,0
Índice de frequência ⁽¹⁾	24,27	25,04	-3,1
Índice de gravidade ⁽²⁾	0,77	0,93	-17,8
Dias perdidos	5 473	6 789	-19,4

(1) Índice de frequência: número de acidentes com baixa por cada milhão de horas trabalhadas

(2) Índice de gravidade: número de dias perdidos por cada mil horas trabalhadas



Acidentes de Trabalho



4.1 FROTA DE SERVIÇO PÚBLICO

4.1.1

SITUAÇÃO GERAL

Não houve alterações da frota de serviço público, não se tendo recebido novos veículos nem efectuado abates em 2002. Tão pouco foram lançados concursos para aquisição de novos veículos. Dado o prazo que decorre normalmente entre o lançamento dos concursos e a recepção das viaturas, é expectável que também em 2003 não haja renovação da frota.

FROTA DE SERVIÇO PÚBLICO			
TIPO	em 31/12/02	em 31/12/01	Δ
Autocarros			
Standards	681	681	0,0
Articulados	90	90	0,0
Médios	40	40	0,0
Minis	29	29	0,0
Total de Autocarros	840	840	0,0
Eléctricos			
"Clássicos"	9	9	0,0
Remodelados	40	40	0,0
Articulados	10	10	0,0
Total de Eléctricos	59	59	0,0
Ascensores e Carmo	8	8	0,0
TOTAL GERAL	907	907	0,0

Prosseguiu a instalação do sistema de videovigilância nos veículos da empresa, tendo sido adquiridos mais 50 sistemas, que estão a ser implantados em 40 autocarros e 10 carros eléctricos. Complementarmente, irá ser concretizada em 10 veículos a transmissão de imagem para a Central de Comando de Tráfego da empresa e para o Centro de Comando da PSP de Lisboa. Assim, a Carris, que já fora pioneira na aplicação de sistemas de videovigilância nos transportes, sê-lo-á também na transmissão de imagens em tempo real.

Com vista à aplicação em futuras aquisições de autocarros, foi desenvolvido (e concretizado num autocarro protótipo) um modelo de cabina de protecção ao motorista.

Continuou a experiência com combustíveis alternativos com o intuito de apurar custos de exploração e as vantagens e desvantagens inerentes à sua exploração em serviço urbano (testes com 18 autocarros com mistura 10% biodiesel + 90% gasóleo).

Prosseguiu o projecto de desenvolvimento de um autocarro standard a pilha de combustível, em conjunto com os operadores urbanos de Copenhaga e Berlim e com outras entidades universitárias e industriais.

4.1.2

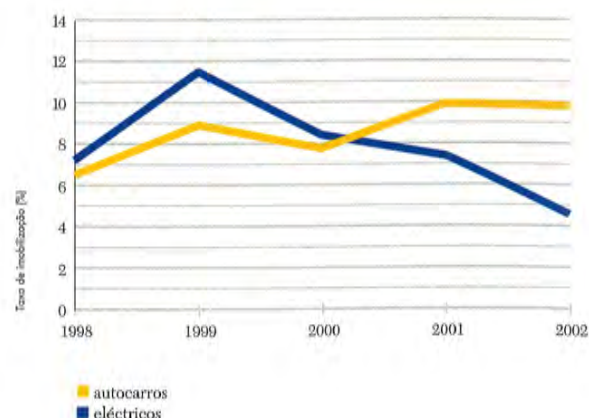
TAXAS DE IMOBILIZAÇÃO

A taxa de imobilização apresentou melhorias em ambas as redes, sendo mais notória na rede de eléctricos, reforçando-se a tendência, iniciada em 2001, de uma melhor taxa na frota de eléctricos.

TAXA DE IMOBILIZAÇÃO (%)			
FROTA	2002	2001	Δ%
Autocarros	9,7	9,8	-1,0
Eléctricos*	4,5	7,3	-38,4

* Inclui ascensores

Taxa de imobilização



4.1.3

CONSUMO ENERGÉTICO

O consumo energético específico dos autocarros a gasóleo teve uma pequena melhoria, eventualmente resultante do aumento da velocidade de circulação. Na exploração de eléctricos verificou-se evolução inversa. Os consumos dos autocarros a gás em 2001 não são significativos por se referirem a um curto período de arranque em que se verificou o atesto inicial, pelo que não é pertinente qualquer conclusão sobre a evolução dos consumos.

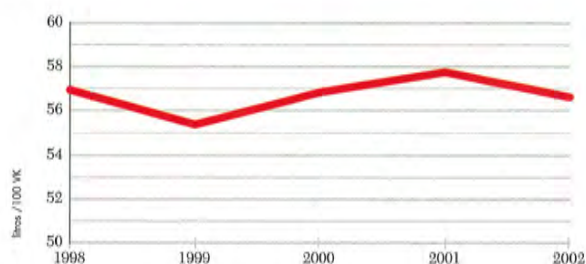
CONSUMO ENERGÉTICO ESPECÍFICO			
INDICADORES	2002	2001	Δ%
Autocarros a gasóleo: litros/100VK	56,6	57,7	-1,9
	6,12	6,18	-1,0
Autocarros a gás: Nm ³ /100VK	72,0	79,2	-9,1
	8,47	9,56	-11,4
Eléctricos: kWh/VK	2,042	2,010	1,6
	25,36	24,8	2,3

A redução dos passageiros-km originou, não obstante o melhor consumo energético, aumento da intensidade energética na exploração de autocarros a gasóleo. Na de eléctricos esse agravamento foi mais acentuado dado o consumo energético específico ter aumentado.

INTENSIDADE ENERGÉTICA			
INDICADORES	2002	2001	Δ%
Autocarros a gasóleo: litros/1000PK	26	25	4,0
	22,7	22,0	3,2
Autocarros a gás: Nm ³ /1000PK	24	36	-33,3
	21,9	32,3	-32,2
Eléctricos: kWh/1000PK	108	101	6,9
	31,2	29,4	6,1



Consumo médio de gasóleo



GRANDE MANUTENÇÃO

Os indicadores da actividade de grande manutenção da frota de autocarros apresentam uma evolução globalmente positiva em relação ao ano anterior, nomeadamente quanto ao número de reparações gerais concluídas.

O número elevado de órgãos rotáveis reparados, face à dimensão da frota de autocarros existente, é consequência do prolongamento da vida útil das viaturas mais antigas.

No que respeita à frota de carros eléctricos, salienta-se o início das beneficiações técnicas nos eléctricos históricos. Estas intervenções inserem-se no novo esquema de manutenção destes carros que, em conjunto com as beneficiações comerciais, substituem as reparações intermédias, permitindo uma maior racionalização da mão-de-obra disponível, graças ao desdobramento e desfasamento das acções.

Salienta-se ainda o aumento significativo das reparações de abalroamentos no ano de 2002.

GRANDE MANUTENÇÃO DA FROTA DE AUTOCARROS		
INDICADORES	2002	2001
Reparações gerais concluídas	46	38
Reparações pontuais e de abalroamentos	111	112
Nº médio de veículos em imobilização simultânea	14,4	15,3
Reparações de órgãos mecânicos:		
- Motores	121	126
- Caixas de velocidades	258	246

GRANDE MANUTENÇÃO DA FROTA DE ELÉCTRICOS (Serviço Público)		
INDICADORES	2002	2001
Reparações gerais (Eléctricos de Serviço Público)	4	5
Reparações gerais (Ascensor)	1	2
Reparações pontuais e de abalroamentos	181	55
Nº médio de veículos em imobilização simultânea	3,0	3,6

4.2 INFRA-ESTRUTURAS

No domínio das infra-estruturas do modo eléctrico não foram realizadas durante o ano de 2002 quaisquer obras novas. A actividade desta área centrou-se fundamentalmente na conservação da rede existente, com manutenção dos padrões de segurança e fiabilidade e optimização dos custos de manutenção.

No ascensor da Glória procedeu-se à substituição do volante e das rodas guias dos cabos, trabalho que se revelou bastante complexo e obrigou à remoção da laje de cobertura da casa das máquinas situada no subsolo. De acordo com os registos históricos existentes na empresa, as substituições anteriores tinham ocorrido há mais de 50 anos.

Foi efectuada a aquisição de novos grupos rectificadores para o ascensor da Bica e para o elevador do Carmo. No primeiro procedeu-se ainda à substituição das rodas guias dos cabos de tracção.

4.2.1**TRACÇÃO ELÉCTRICA**

Em 2002 procedeu-se à instalação de um novo comando de agulhas na Praça do Comércio para servir o terminal ali criado no lado nascente desta praça.

Durante o ano foi também instalada a subestação móvel no Campo das Cebolas, para substituição temporária da subestação da Praça da Figueira.

Na rede aérea, procedeu-se à renovação de cerca de 1200 m de fio ranhurado, e cerca de 4 500 m de "feeders".

LINHA

São de salientar os seguintes trabalhos:

- Renovação da linha do Elevador da Bica numa extensão de 90 m, com substituição de carril;
- Reactivação da linha do lado nascente da Praça do Comércio como terminal de eléctricos, com recuperação da fundação, correcção de alinhamentos e reassentamento de 2 conjuntos de agulhas;

De referir ainda que foram realizados trabalhos de reperfilagem dos carris por soldadura e limagem, em vários troços da rede, nomeadamente na Rua Damião de Góis, Av. 24 de Julho e Calçada de S. Francisco, e recuperados no local vários aparelhos de via – Rua Bernardino Costa e Escolas Gerais. Estas intervenções visaram a melhoria das condições de circulação e o prolongamento da vida útil das infraestruturas.

4.3 ÁREA DOS APROVISIONAMENTOS

As existências em 31/12/2002 registaram, a nível do chamado stock activo e considerando o gasóleo, um decréscimo superior a 5% (quase 141 000 euros) relativamente a 31/12/2001.

Não obstante a evolução positiva das existências no final do ano, o stock médio activo registou um acréscimo de 3,9% em termos reais (isto é, corrigidos da inflação).

O aumento verificado nas “peças e acessórios para autocarros” resultou da necessidade de constituição de stocks para as frotas de autocarros novos que, entretanto, deixaram de estar cobertos por garantias.

A rubrica de “outro material” teve o seu andamento fortemente influenciado pela reposição dos fardamentos (novos modelos), tendo também o “material para via férrea” voltado a ter um efeito negativo ao registar um acréscimo de cerca de 45% devido ao reduzido movimento do carril e à sua quantidade mínima de encomenda.

O aumento do valor dos “combustíveis e lubrificantes” decorreu das variações do preço do gasóleo e do gás natural.

O Índice de Rotação das existências (excluindo combustíveis e lubrificantes) apresentou no ano de 2002 uma significativa melhoria. Na rubrica “peças e acessórios para autocarros” manteve-se a tendência para aumento da rotação, sendo também de salientar o forte acréscimo observado no “outro material”. A rubrica “peças e acessórios para eléctricos” voltou porém a piorar em 2002.

EXISTÊNCIAS MÉDIAS (em termos reais)*

(milhões de €)

TIPO DE MATERIAL	STOCK MÉDIO ACTIVO			ÍNDICE DE ROTAÇÃO	
	2002	2001	Δ %	2002	2001
Peças e Acessórios de Eléctricos	716 059	774 782	-7,6	0,44	0,48
Peças e Acessórios de Autocarros	721 354	649 028	11,1	4,69	4,43
Outro Material	941 209	857 654	9,7	1,58	1,25
SUB-TOTAL	2 378 622	2 281 464	4,3	2,18	1,89
Combustíveis e Lubrificantes	276 118	274 406	0,6	48,98	50,59
TOTAL	2 654 740	2 555 870	3,9	7,04	7,12

* Neste quadro e em todos os outros referidos como “em termos reais” os valores dos vários anos foram corrigidos pela inflação verificada em Portugal de forma a serem comparáveis entre os de 2002.

4.4 NOVAS TECNOLOGIAS

Decorreu, em 2002, a implementação da 2ª fase do sistema de ajuda à exploração e informação aos passageiros (SAEIP), contemplando 310 novas paragens e 28 painéis de informação. Deste modo, cerca de 50% da frota passou a ser gerida, em tempo real, por este sistema, o que se traduziu numa melhoria da qualidade do serviço prestado.

No seguimento do projecto SIGO (Sistema de Informação para a Gestão de Operações), no qual se efectuou uma análise visando a reformulação dos processos ligados à área de Operações da Carris (que abrange a Direcção de Operações, as Estações e, parcialmente, a Direcção Comercial), lançou-se em Março de 2002 o projecto PROSSIGO, para implementação das soluções preconizadas.

Este projecto é constituído por:

- uma plataforma de integração de aplicações (Enterprise Application Integration) que permite ultrapassar o problema da transferência de dados entre as aplicações de suporte à Gestão de Operações e também a integração destas no ambiente de gestão empresarial, constituído nomeadamente pelo SAP R/3 e pelo GESVEN (aplicação de Recursos Humanos).

- Um repositório central de dados, uma **Datawarehouse**, que será utilizada para, de uma forma rápida, segura e transparente, transformar os dados elementares em dados consolidados e indicadores de gestão relativos à exploração.

- Um conjunto de aplicações específicas, adaptadas ao novo modelo de gestão e funcionando de forma integrada, que são:

- **Gestão de Ocorrências** de Exploração, destinada a substituir um complexo processo administrativo de registo e notificação dos serviços, suportado em

papel, relativo a todas as ocorrências registadas na actividade de exploração, principalmente nos veículos de serviço público. A nova aplicação inclui um processo de workflow pelo qual as notificações são automaticamente direccionadas para os serviços competentes.

- **Gestão de Viaturas** de Serviço Público, para permitir a gestão em tempo real das viaturas disponíveis para o serviço, tendo em atenção quer as suas características específicas quer indisponibilidades temporárias devidas, por exemplo, à manutenção.

- **Gestão de Ausências** de pessoal tripulante, que se destina, como o nome indica, a gerir o universo de tripulantes da Carris, integrando informação de outras aplicações como o GIST (Geração de horários e escalamento de pessoal tripulante) e o GESVEN (Recursos Humanos).

Uma vez concluído o projecto, as áreas ligadas à gestão de operações da Carris funcionarão com um sistema de informação integrado e disporão de ferramentas de planeamento capazes de melhorarem a qualidade do trabalho produzido.

Nos finais de 2002 iniciou-se o processo de preparação da actualização do SAP R/3, da versão 3.1i para a 4.6d, por necessidade resultante do fim anunciado do período de assistência técnica e de suporte da versão instalada. Este processo terá lugar em 2003.

Também nos finais de 2002, iniciou-se o processo de upgrading da infraestrutura de comunicação de dados de S.Amaro, quer para suportar os novos sistemas, como o SAEIP, a Bilhética e o PROSSIGO, quer para fazer face ao crescimento dos sistemas existentes como o SAP, Correio Electrónico, Intranet, etc.

5.1 FLUXOS FINANCEIROS

A Exploração, como tem vindo a ser usual, gerou um cash-flow negativo, o qual atingiu este ano 54,0 milhões de euros, tomando já em consideração as indemnizações compensatórias recebidas. Em termos reais, verificou-se, todavia, uma redução de 18% no valor absoluto deste fluxo.

As outras grandes aplicações de fundos foram a diminuição das dívidas a médio prazo (34,6 milhões de euros) e o aumento das imobilizações (6,8 milhões de euros). Esta última aplicação, contudo, teve uma expressão bastante reduzida em comparação com a verificada em anos anteriores, dado não ter havido renovação da frota.

A grande origem de fundos situou-se na diminuição dos fundos circulantes (95,9 milhões de euros), que resultou principalmente do crescimento do passivo a curto prazo e da redução das dívidas de terceiros.

ORIGEM/APLICAÇÃO DE FUNDOS (em termos reais*) (milhões de euros)		
	2002	2001
Origem de Fundos		
Cash-Flow de Exploração	-54 036,8	-66 066,2
Aumento de Capitais Próprios	45,0	45 884,6
Aumento de Dívidas a Terceiros	0,0	10 360,0
Outras	98,8	140,4
Diminuição dos Fundos Circulantes	95 859,2	41 121,6
	41 966,2	31 440,4
Aplicação de Fundos		
Aumento do Investimento Financeiro	570,1	124,0
Diminuição de Dívidas a Terceiros	34 589,2	19 678,9
Aumento de Dívidas de Terceiros	0,0	0,0
Aumento de Imobilizações	6 806,9	11 637,5
Aumento dos Fundos Circulantes	0,0	0,0
	41 966,2	31 440,4

* Neste quadro e em todos os outros referidos como "em termos reais" os valores dos vários anos foram corrigidos pela inflação verificada em Portugal, de forma a serem comparáveis com os de 2002.

5.2 INVESTIMENTO REALIZADO

O investimento realizado no ano alcançou apenas 7,4 milhões de euros, bastante abaixo do que se verificou em anos anteriores.

Não obstante não ter havido renovação de frota, a rubrica mais importante continua a ser referente aos autocarros: as suas grandes reparações atingiram perto de 3 milhões de euros. De referir ainda o Sistema de Ajuda à Exploração e Informação ao Público (SAEIP) com 1 milhão de euros e a Bilhética com 0,7 milhões, distribuindo-se o restante por pequenas parcelas geralmente de investimento corrente e de manutenção de infra-estruturas e instalações.

INVESTIMENTOS (em termos reais) (milhões de euros)		
	2002	2001
Frota de Autocarros		
Aquisições	0	5 356
Grandes Reparações	2 994	1 941
Órgãos de Reserva	15	41
Frota de Eléctricos		
Aquisições	0	0
Grandes Reparações	180	144
Órgãos de Reserva	0	623
Infra-estruturas		
Linha (Grandes Reparações)	159	0
Rede Aérea	88	167
Subestações Eléctricas	40	9
Estações de Serviço	244	499
OUTROS INVEST. CORPÓREOS	2 255	2 655
INVESTIMENTOS INCORPÓREOS	832	203
TOTAL INVEST. NÃO FINANCEIROS	6 807	11 638
INVESTIMENTOS FINANCEIROS	570	124
TOTAL	7 377	11 762

5.3 ESTRUTURA PATRIMONIAL

No final do exercício, o Activo apresentava um valor, em termos reais, correspondente a 70% do constatado no ano anterior. Esta redução resultou principalmente de:

- Decréscimo das dívidas de terceiros a curto prazo, que se encontravam empoladas no final do ano anterior por valores a receber do Estado, o que não se verificou em 2002; a redução, em termos reais, foi superior a 60% e justifica cerca de 65% da variação total do Activo;
- Diminuição do imobilizado corpóreo, cujas amortizações foram superiores ao investimento realizado, sendo porém a diminuição percentual inferior à que se verifica no conjunto do Activo;

Durante o exercício não foram realizadas operações de financiamento a médio prazo, pelo que na estrutura do Passivo se acentuou a importância das rubricas com vencimento a curto prazo. Embora negociado durante 2002, só veio a concretizar-se em Janeiro de 2003 um empréstimo obrigacionista de 100 milhões de euros realizado no mercado internacional e que teve aval do Estado. Aliás, algumas das dívidas a curto prazo a instituições bancárias que constam do Balanço do fim do ano já eram operações realizadas como “pontes” para a concretização deste empréstimo obrigacionista.

Em consequência das variações referidas a estrutura patrimonial apresentava-se no final de 2002 menos equilibrada que no ano anterior, embora esta situação tenha melhorado bastante com a realização em meados de Janeiro de 2003 do empréstimo obrigacionista de 100 milhões de euros.

ESTRUTURA PATRIMONIAL (em % do total)

RUBRICA DO BALANÇO	PONTOS PERCENTUAIS		
	2002 (1)	2001 (2)	Δ (1)-(2)
ACTIVO			
Imobilizado	76,9	61,1	15,8
Investimentos Financeiros	2,1	1,5	0,6
Existências	2,7	2,1	0,6
Div. Terceiros M.L.Prazo	0,0	0,0	0,0
Div. Terceiros C.P. e Disponibilidades	17,7	34,9	-17,2
Encargos Dif. e Acréc. Proveitos	0,6	0,4	0,2
TOTAL	100,0	100,0	0,0
PASSIVO			
Capital Próprio	-158,6	-70,6	-88,0
Provisões para Riscos e Encargos	4,6	3,2	1,4
Passivo a Médio e Longo Prazo	56,5	61,8	-5,3
Passivo a Curto Prazo	180,5	93,5	87,0
Proveitos Dif. e Acréc. Custos	17,0	12,1	4,9
TOTAL	100,0	100,0	0,0

VARIAÇÃO DO PATRIMÔNIO

(em euros de 2002)

RUBRICA DO BALANÇO	2002	2001	VARIAÇÃO	
			EM VALOR	EM %
ACTIVO				
Imobilizado	90 234	103 319	-13 085	-12,7
Investimentos Financeiros	2 432	2 469	-37	-1,5
Existências	3 200	3 514	-314	-8,9
Div. Terceiros M.L.Prazo	0	0	0	0,0
Div. Terceiros C.P. e Disponibilidades	20 850	59 162	-38 312	-64,8
Encargos Dif. e Acréc. Proveitos	669	730	-61	-8,4
TOTAL	117 385	169 194	-51 809	-30,6
PASSIVO				
Capital Próprio	-186 123	-119 383	-66 740	55,9
Provisões para Riscos e Encargos	5 463	5 455	8	0,2
Passivo a Médio e Longo Prazo	66 262	104 481	-38 219	-36,6
Passivo a Curto Prazo	211 840	158 189	53 651	33,9
Proveitos Dif. e Acréc. Custos	19 943	20 452	-509	-2,5
TOTAL	117 385	169 194	-51 809	-30,6

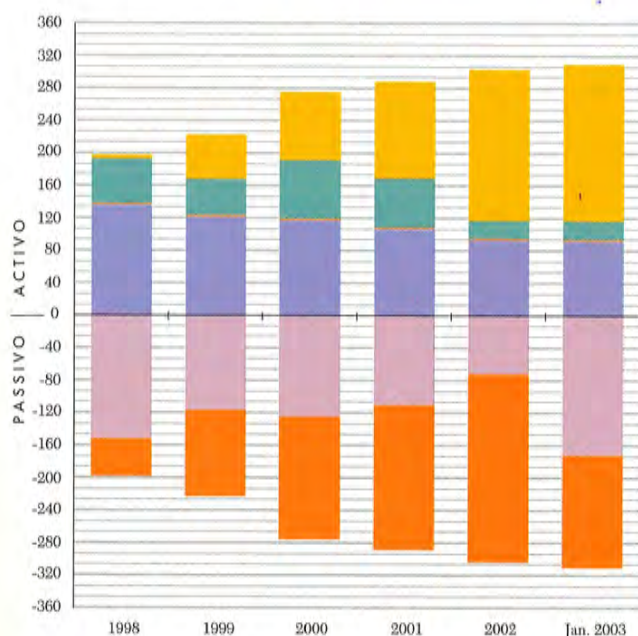
6 RESULTADOS ECONÓMICOS

6.1 RESULTADOS GLOBAIS DA EMPRESA

6.1.1

NO EXERCÍCIO DE 2002

Estrutura Patrimonial
(milhões de euros, em termos reais)



- imobilizado
- existências
- realizável + disponível
- capitais próprios
- passivo MLP
- passivo CP

No exercício de 2002 o resultado líquido foi negativo em 70 933 milhares de euros, sendo quais 71 669 milhares relativos a resultados correntes antes de impostos. Estes valores são inferiores aos do ano anterior, quer em termos reais, quer em termos correntes.

Verificou-se não só melhoria do resultado operacional bruto, em termos reais, como também significativa redução dos custos gerais, originada pela suspensão do pagamento de indemnizações por rescisão de contrato de trabalho por mútuo acordo.

Os resultados financeiros apresentam agravamento, devido ao reforço da provisão para aplicações financeiras em 494,5 milhares de euros, porquanto os juros de empréstimos sofreram diminuição, mesmo em termos correntes. O efeito nos juros do aumento do valor médio em dívida dos empréstimos foi compensado pela descida da taxa média paga.

RESULTADOS CORRENTES (em termos reais*)		(milhares de euros)	
RECEITAS, CUSTOS E RESULTADOS	2002	2001	Δ%
Receita de Transportes Públicos	84930	87626	-3,1
- Receita Directa	68923	70610	-2,4
- Indemnização Compensatória	16007	17016	-5,9
Custos Directos de Exploração TP	116316	118754	-2,1
- Custos de Produção e Comerciais	105496	106810	-1,2
- Amortizações	10820	11944	-9,4
<i>Resultado Operacional Bruto TP</i>	<i>-31386</i>	-31128	0,8
Custos Gerais	31859	39322	-19,0
<i>Resultado Operacional TP</i>	<i>-63245</i>	-70450	-10,2
Resultados Financeiros	-11167	-11064	0,9
<i>Resultado de Transportes Públicos</i>	<i>-74412</i>	-81514	-8,7
Resultados de Explorações Acessórias	1028	1891	-45,6
Outros Custos e Proveitos	1715	2594	-33,9
RESULTADOS CORRENTES	-71669	-77029	7,0

* Neste quadro e em todos os outros referidos como "em termos reais" os valores dos vários anos foram corrigidos pela inflação verificada em Portugal de forma a serem comparáveis com os de 2002.

ENQUADRAMENTO DOS RESULTADOS DO ANO NA EVOLUÇÃO ANTERIOR

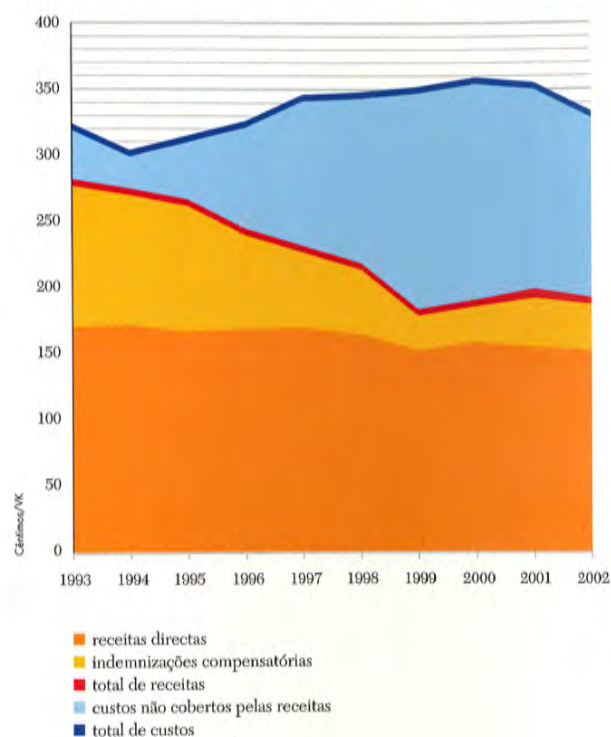
Manteve-se em 2002 o fosso entre proveitos e custos por veículo-km que vinha de exercícios anteriores e é consequência da evolução divergente destas duas variáveis, em termos reais: decréscimo abrupto dos proveitos unitários e aumento moderado dos custos unitários. Em 2002 o valor real das indemnizações compensatórias por veículo-km retomou a tendência decrescente, interrompida durante os dois anteriores exercícios, enquanto os custos evoluíram em contracorrente da tendência anterior e tiveram, em geral, reduções.

RECEITAS E CUSTOS POR VEÍCULO-KM (em termos reais) (euros / VK)

ANOS	RECEITAS			CUSTOS*
	DIRECTAS	INDEMNIZ. COMPENS.	TOTAL	
1993	1,71	1,06	2,77	3,18
1994	1,72	0,98	2,70	2,98
1995	1,67	0,95	2,62	3,09
1996	1,69	0,71	2,40	3,20
1997	1,70	0,57	2,27	3,40
1998	1,65	0,49	2,13	3,42
1999	1,53	0,26	1,79	2,42
2000	1,59	0,27	1,85	3,52
2001	1,55	0,37	1,93	3,48
2002	1,52	0,35	1,87	3,27

* Exclui Encargos Financeiros

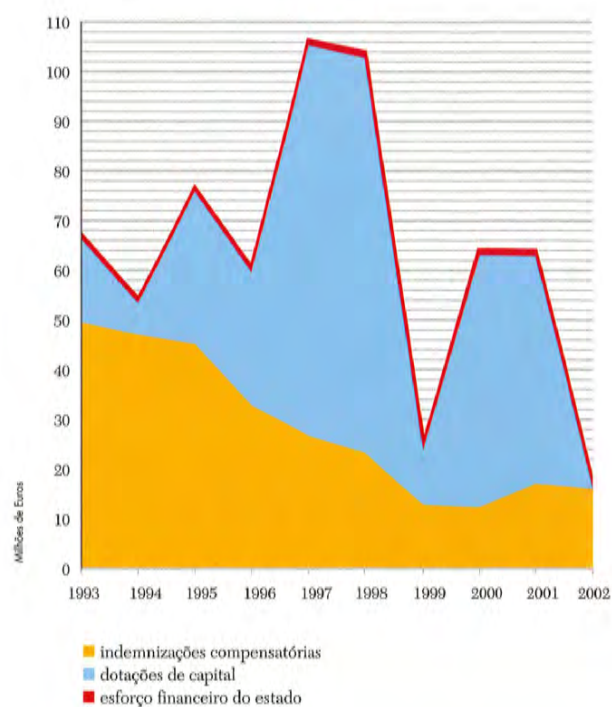
Receitas e Custos por Veículo - Km
(em termos reais)



O esforço financeiro do Estado com a empresa teve uma quebra muito acentuada em 2002, tendo atingido o nível real mais baixo dos últimos 25 anos: Foram recebidas indemnizações compensatórias de valor real inferior às do exercício anterior. E não foi realizado qualquer aumento de capital, pela primeira vez em quatorze anos. Em contrapartida, foi concedido aval do Estado a um empréstimo de 100 milhões de euros.

ESFORÇO FINANCEIRO DO ESTADO (em termos reais) (milhares de euros)			
ANOS	INDEMNIZ. COMPENS.	DOTAÇÕES DE CAPITAL	TOTAL
1993	49 461	16 827	66 288
1994	47 022	6 398	53 420
1995	45 172	30 718	75 890
1996	32 785	26 823	59 608
1997	26 651	78 739	105 390
1998	23 284	79 505	102 789
1999	12 775	11 103	23 878
2000	12 333	50 712	63 045
2001	17 016	45 884	62 900
2002	16 007	0	16 007

Esforço Financeiro do Estado
(em termos reais)



6.2 RESULTADOS POR EXPLORAÇÕES DE TRANSPORTE PÚBLICO

Em termos reais, verificou-se decréscimo da receita directa nas duas grandes explorações de transporte público, embora mais acentuado na de autocarros. Manteve-se a tendência para a redução, em termos reais, dos custos das duas explorações, sendo, neste caso, mais pronunciada essa evolução na exploração de eléctricos. Em consequência, a melhoria da margem bruta

foi também mais evidente nesta exploração (5,7% contra 0,1% em autocarros).

O grau de cobertura teve um ligeiro agravamento (de 0,9%) nos autocarros mas melhorou (em 3,8%) nos eléctricos. Não obstante esta evolução, o grau de cobertura manteve-se muito superior na exploração de autocarros.

RESULTADOS POR EXPLORAÇÃO ANTES DE INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS (em termos reais)

(milhares de euros)

	AUTOCARROS			ELÉCTRICOS		
	2002	2001	Δ%	2002	2001	Δ%
Receita Directa (1)	64275	65937	-2,5	4139	4165	-0,6
Custos Directos (2)	100548	102259	-1,7	14406	15047	-4,3
Margem Bruta	-36273	-36322	0,1	-10267	-10882	5,7
Grau de Cobertura percentual (1)/(2)	63,9	64,5	-0,9	28,7	27,7	3,8

Em termos unitários, por passageiro transportado, a evolução das receitas não é totalmente idêntica à que se verificou globalmente, dada a diferente evolução dos passageiros nas duas explorações. Assim, verifica-se aumento real da receita directa unitária em ambas as explorações, embora muito ligeiro na exploração de

autocarros (+0,9%). Nos custos unitários constata-se um aumento real em ambas as explorações, sendo mais pronunciado na de autocarros. Em conformidade, dá-se nesta exploração um agravamento do défice unitário, que se manteve estacionário na exploração de eléctricos.

RESULTADOS ECONÓMICOS POR PASSAGEIRO (em termos reais)

(euros)

VALORES POR PASSAGEIRO	AUTOCARROS			ELÉCTRICOS		
	2002	2001	Δ%	2002	2001	Δ%
Receita Directa	0,230	0,228	0,9	0,230	0,218	5,7
Custos	0,360	0,352	2,2	0,810	0,798	1,5
Défice Bruto	0,130	0,124	4,8	0,580	0,580	0,0

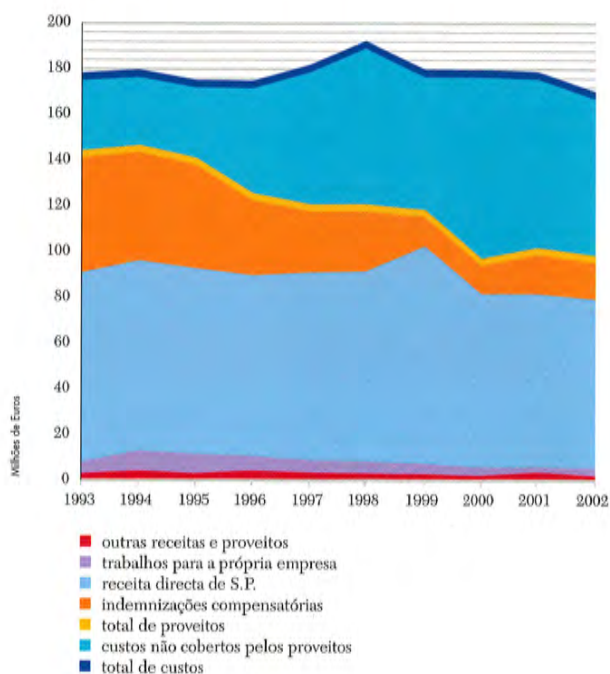
6.3 PROVEITOS CORRENTES POR NATUREZA

Em referência ao ano anterior, verificou-se que os proveitos tiveram uma redução em termos reais de 3,3%, em grande parte explicada por diminuições de 2,4% nas receitas obtidas dos clientes e de 5,9% nas indemnizações compensatórias.

Dos vários grupos de proveitos, apenas o referente a "trabalhos para a própria empresa" apresenta uma variação real positiva. No entanto, esta variação traduz que aumentaram também os custos com os trabalhos para o imobilizado, nomeadamente com grandes reparações de autocarros.

PROVEITOS CORRENTES (em termos reais)					
NATUREZAS	2002		2001		Δ (%)
	VALOR	%	VALOR	%	
Passes Sociais	47251	50,0	48539	49,7	-2,7
Outros Títulos	21673	22,9	22071	22,6	-1,8
Pré-Comprados	11233	11,9	11788	12,1	-4,7
Bilhetes	10440	11,1	10283	10,5	1,5
Total Receita Directa S.P.	68924	73,0	70610	72,3	-2,4
Indemnização Compensatória	16007	16,9	17016	17,4	-5,9
Receita Serv.Público	84931	89,9	87626	89,7	-3,1
Trab.pª Própria Empresa	3537	3,7	2400	2,5	47,3
Outras Receitas e Proveitos	5980	6,3	7657	7,8	21,9
TOTAL	94448	100,0	97683	100,0	-3,3

Proveitos por natureza e custos não cobertos
(em termos reais)

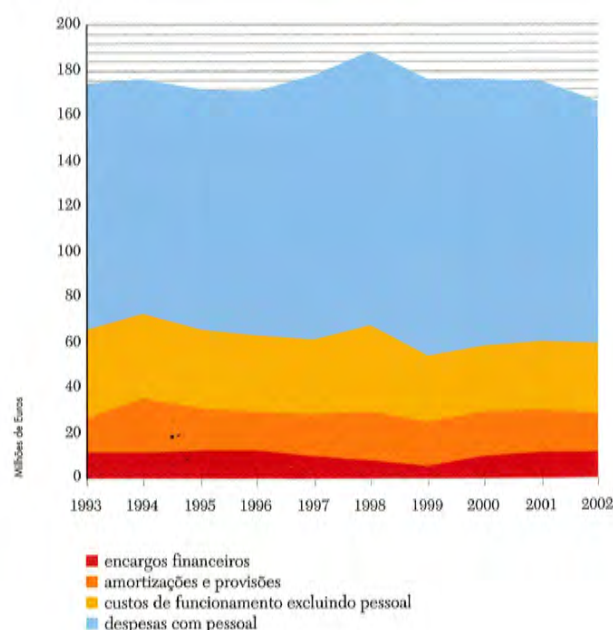


6.4 CUSTOS CORRENTES POR NATUREZA

Os custos correntes tiveram uma redução real de 4,9%, verificando-se reduções em todos os grandes grupos com excepção dos referentes ao “material” e “fornecimentos e serviços externos”.

CUSTOS POR NATUREZA (em termos reais) (milhares de euros)			
NATUREZAS	2002	2001	Δ%
Custos de Funcionamento	138 065	144 419	-4,4
Despesas com Pessoal	107 093	114 643	-6,6
Consumos de Material	18 518	18 155	2,0
Fornecimentos e Serviços Externos	11 816	10 941	8,0
Despesas Diversas	638	681	-6,3
Amortizações e Provisões	16 629	18 794	-11,5
Amortizações	16 230	17 787	-8,8
Provisões	399	1 007	-60,4
Encargos Financeiros	11 424	11 500	-0,7
Juros de Financiamento	10 457	11 188	-6,5
Outros	967	312	210,1
TOTAL	166 118	174 713	-4,9

Custos
(em termos reais)



Sublinha-se a diminuição real dos custos com pessoal, que, no entanto, foi alcançada em grande parte por se ter suspenso em 2002 o pagamento de indemnizações por rescisão de contratos de trabalho por mútuo acordo.

DESPESAS COM PESSOAL (em termos reais) (milhares de euros)			
NATUREZAS	2002	2001	Δ%
Remunerações	72 209	73 015	-1,1
Encargos Patronais	17 280	17 491	-1,2
Complementos de Pensões de Reforma (e Sobrevivência)	13 286	13 494	-1,5
Outros Custos	4 318	10 643	-59,4
TOTAL	107 093	114 643	-6,6

O acréscimo nos “consumos de material” resulta quase exclusivamente dos consumos de peças e acessórios para autocarros, cujo crescimento é resultante do aumento do volume dos trabalhos de manutenção referentes às “grandes reparações”, estando contrabalançado pelo crescimento dos “trabalhos para a própria empresa” do lado dos proveitos.

Constituíram causas do aumento real dos “fornecimentos e serviços externos” os alugueres de autocarros alternativos para assegurar os serviços mínimos em períodos de greve (inexistentes em 2001), o acréscimo pronunciado dos prémios de seguro e o aumento de honorários a advogados.

CONSUMOS DE MATERIAL (em termos reais) (milhares de euros)			
NATUREZAS	2002	2001	Δ%
Gasóleo e Gás	12 789	13 130	-2,6
Peças e Acessórios de Autocarros	3 208	2 713	18,2
Peças e Acessórios de Eléctricos	393	444	-11,4
Outros Consumos	2 128	1 868	13,9
TOTAL	18 518	18 155	2,0

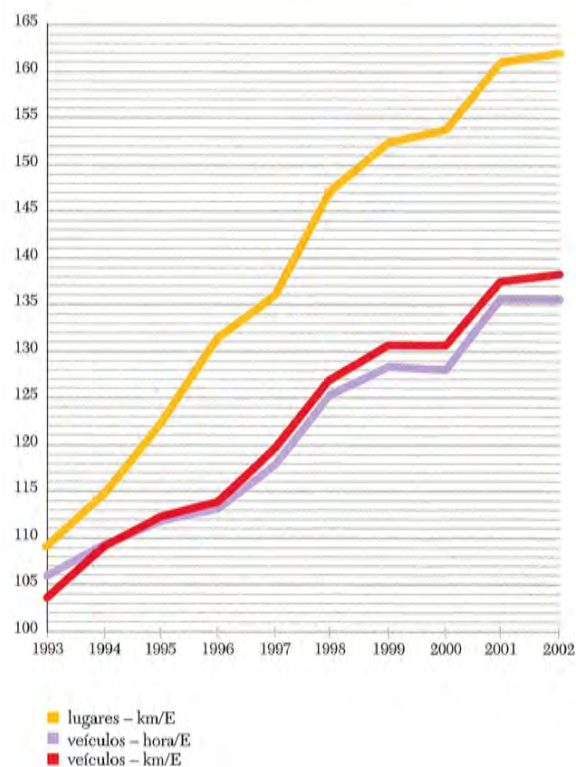
6.5 PRODUTIVIDADE

Em 2002 verificou-se um ligeiro crescimento nos índices de produtividade que têm vindo a ser utilizados, todos eles calculados tomando como base o número médio de efectivos, o qual quase não teve evolução (-0,8%).

No indicador que faz a comparação com os veículos-hora verifica-se uma estagnação, enquanto nos restantes se regista uma pequena melhoria devida apenas ao aumento de velocidade, dado a frota não ter tido alterações.

INDICADORES DE PRODUTIVIDADE			
INDICADORES	2002	2001	Δ%
Lugares-km / Efectivo Médio (milhares)	1058	1052	0,6
Veículos-hora / Efectivo Médio	800	800	0,0
Veículos-km / Efectivo Médio	11526	11462	0,6

Indicadores de Produtividade
(Base: 1990=100)



O exercício de 2003 deverá permitir introduzir algumas alterações significativas na organização e funcionamento da Carris, em consequência dos trabalhos de reestruturação da Empresa que, neste momento, estão a decorrer, com o apoio de uma empresa de Consultadoria.

É hoje bem claro que é urgente a adopção de medidas que, de forma consistente e continuada, permitam à Carris melhorar a eficácia e eficiência do serviço público de transportes prestado à Cidade.

Por outro lado, é igualmente urgente resolver o acentuado desequilíbrio financeiro que caracteriza a Empresa, repondo a situação patrimonial para níveis minimamente aceitáveis e estabelecendo um modelo equilibrado de financiamento do serviço público.

Os trabalhos de consultadoria que atrás se referem, e nos quais se envolverá a tecnoestrutura da Empresa, hão-de permitir encontrar respostas para as várias questões suscitadas que, naturalmente, terão de ser, em muitos casos, submetidas à consideração e decisão do accionista e tutela.

Por outro lado, estão também em curso, com o apoio de consultores, trabalhos de preparação da constituição da Autoridade Metropolitana de Transportes, tendo em vista criar as condições necessárias ao efectivo desenvolvimento do transporte público, estabelecendo um novo quadro na articulação entre os diferentes operadores que actuam na Área Metropolitana de Lisboa, definindo-se também novas regras de intervenção das Câmaras Municipais nestes domínios.

Neste contexto, a articulação da Companhia Carris de Ferro de Lisboa com a Câmara Municipal de Lisboa, por um lado é com o Metropolitano de Lisboa, por outro, assume especial importância, na melhoria da qualidade dos transportes públicos prestados à Cidade de Lisboa.

A resultante destes trabalhos significará, necessariamente, a alteração de diversas condições em que o transporte tem sido prestado, esperando-se que, finalmente, se possam começar a constatar sinais concretos de inversão da tendência de perda de passageiros que, há vários anos, afecta negativamente vários operadores.



Para cumprimento da alínea f) do número 2 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que os Resultados Líquidos do Exercício - prejuízo de € 70.932.740,61 - sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício de 2003 será, marcado por uma acção profunda de reorganização da Carris, cujo objectivo final é o de melhorar a qualidade do serviço prestado, ajustando-o às necessidades da procura, bem como o de reduzir o elevado desequilíbrio económico-financeiro que a Empresa enfrenta.

Espera-se, assim, desta forma, contribuir para o reforço do transporte público e a consequente redução do transporte particular, com as obvias consequências positivas para a qualidade de vida de todos quantos vivem e trabalham na Cidade de Lisboa.

Uma nota final para referir a boa cooperação entre os Órgãos Sociais da Empresa, nomeadamente o Revisor Oficial de Contas e, ainda, para agradecer a todos os trabalhadores da Carris o esforço e o trabalho desenvolvidos.

Por último é de referir que, em Fevereiro de 2003 se verificou uma alteração dos Órgãos Sociais que passaram a ter a seguinte composição para o triénio 2003 – 2005:

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente

Dr. Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete

Vice-Presidente

Dr. António Pinto Leite

Secretário

Dr. Manuel Antunes Vicente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Dr. José Manuel Silva Rodrigues

Vogais

Eng.º Jaime Cipriano da Costa Rocha Quaresma

Eng.º Augusto António Brinquête Proença

Eng.º José Alexandre Gonçalves Pereira de Oliveira

Dr. António de Carvalho Santos e Silva

FISCAL ÚNICO

Raimundo Aleixo, Celestino Rodrigues & Silvério Rodrigues (SROC) representada por Dr. Leontino Raimundo Aleixo (ROC)

Suplente

Dr. Luís Marques Granja (ROC)

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2003

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Dr. José Manuel Silva Rodrigues

Vogais

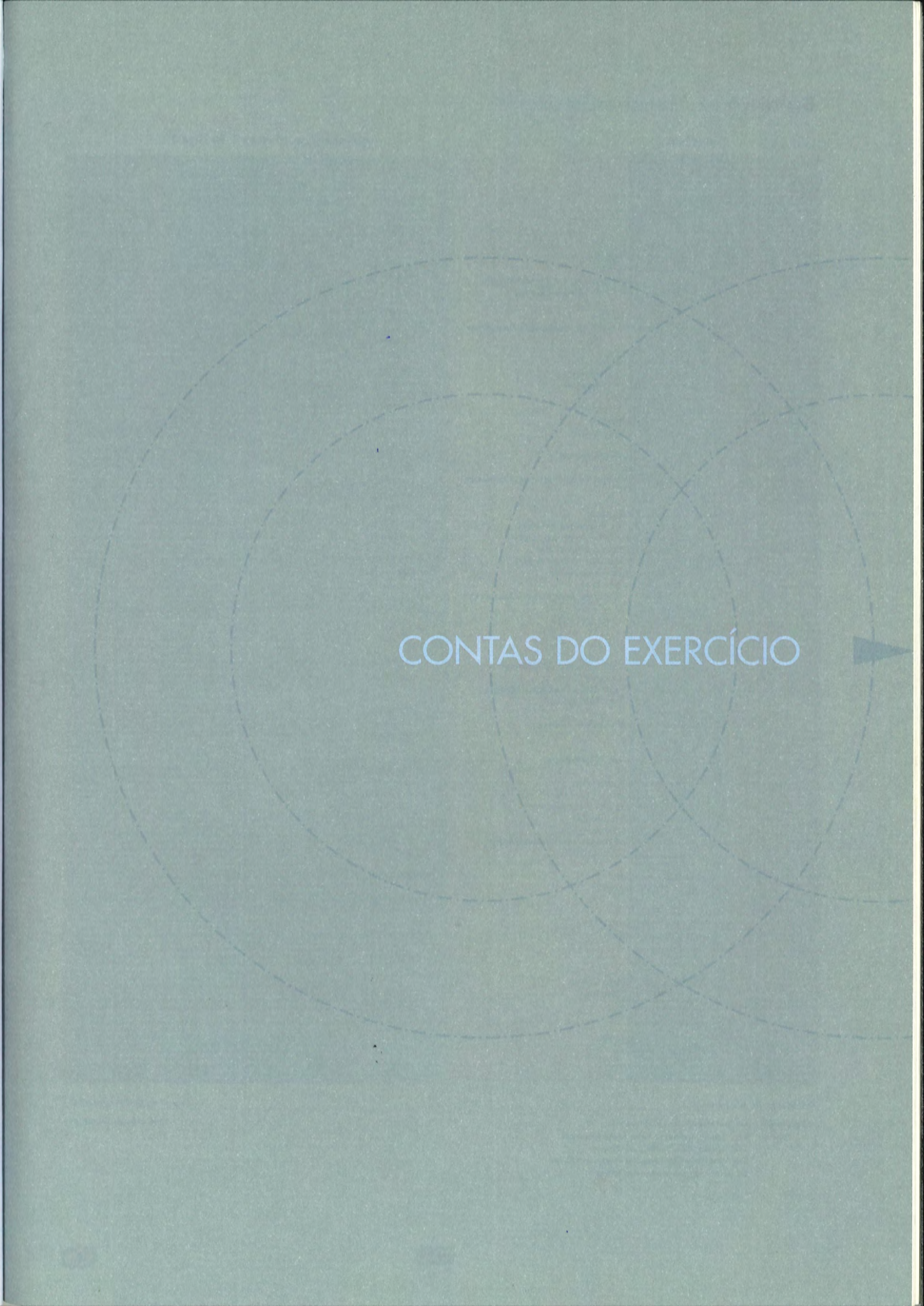
Eng.º Jaime Cipriano da Costa Rocha Quaresma

Eng.º Augusto António Brinquête Proença

Eng.º José Alexandre Gonçalves Pereira de Oliveira

Dr. António de Carvalho Santos e Silva



The background of the page is a solid dark teal color. Overlaid on this are several large, thin, light blue circles that overlap each other. On the right side, there is a small, solid dark teal triangle pointing to the right.

CONTAS DO EXERCÍCIO

Activo

CÓDIGO DAS CONTAS POC		2002	2001
	ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES PROVISÕES	ACTIVO LÍQUIDO
			ACTIVO LÍQUIDO
Imobilizado			
431	Imobilizações Incorpóreas:		
432	Despesas de Instalação	460 584,92	258 606,56
433	Despesas de Investigação e de Desenvolvimento	277 671,66	251 699,79
434	Propriedade Industrial e Outros Direitos	-	-
441/6	Trespases	-	-
449	Imobilizações em Curso	319 965,93	319 965,93
	Adiantamentos p/ Conta de Imobilizado Incorpóreo	-	-
		1 058 222,51	510 306,35
			547 916,16
			303 042,12
Imobilizações Corpóreas:			
421	Terrenos e Recursos Naturais	2 467 738,79	-
422	Edifícios e Outras Construções	87 983 053,27	70 456 668,91
423	Equipamento Básico	217 665 706,50	154 814 483,27
424	Equipamento de Transporte	2 261 103,39	1 937 787,50
425	Ferramentas e Utensílios	2 276 710,86	1 670 263,85
426	Equipamento Administrativo	9 746 085,41	8 380 298,20
427	Taras e Vasilhame	-	-
429	Outras Imobilizações Corpóreas	36 436,38	-
441/6	Imobilizações em Curso	4 458 428,15	-
448	Adiantamentos p/ Conta de Imobilizações Corpóreas	49 721,60	-
		326 944 984,35	237 259 501,73
			89 685 482,62
			99 426 210,50
Investimentos Financeiros:			
4111	Partes de Capital em Empresas do Grupo	256 212,53	-
4112	Partes de Capital em Empresas Associadas	67 500,00	-
4122+4132	Empréstimos a Empresas Associadas	-	-
4113+414+415	Títulos e Outras Aplicações Financeiras	2 119 883,49	11 457,00
4123+4134	Outros Empréstimos Concedidos	489 911,50	489 911,50
441/6	Imobilizações em Curso	-	-
447	Adiantamentos p/Conta de Investimentos Financeiros	-	-
		2 933 507,52	501 368,50
			2 432 139,02
			2 382 885,97
Circulante			
Existências:			
36	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	2 862 793,34	153 380,35
35	Produtos e Trabalhos em Curso	428 646,84	-
34	Subprodutos, Desperdícios, Resíduos e Refugos	-	-
33	Produtos Acabados e Intermédios	-	-
32	Mercadorias	61 233,16	-
37	Adiantamentos p/ Conta de Compras	841,01	-
		3 353 514,35	153 380,35
			3 200 134,00
			3 392 525,45
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo:			
211	Clientes, C/C	3 574 478,08	-
212	Clientes - Títulos a Receber	-	-
218	Clientes de Cobrança Duvidosa	6 764,64	6 760,75
253+254	Empresas Participadas e Participantes	-	-
251+255	Outros Accionistas (Sócios)	-	-
229	Adiantamentos a Fornecedores	20 332,89	-
2619	Adiantamentos a Fornecedores de Imobilizado	-	-
24	Estado e Outros Entes Públicos	5 980 718,16	-
262+266+267		-	-
+268+221	Outros Devedores	10 286 744,16	1 822 725,00
264	Subscritores de Capital	-	-
		19 869 037,93	1 829 485,75
			18 039 552,18
			54 862 188,80
Depósitos Bancários e Caixa:			
12+13+14	Depósitos Bancários	2 804 048,13	-
11	Caixa	6 445,90	-
		2 810 494,03	-
			2 810 494,03
			2 234 242,02
			9 226,28
			2 243 468,30
Acréscimos e Diferimentos			
271	Acréscimos de Proveitos	39 369,62	-
272	Custos Diferidos	629 692,86	-
		669 062,48	-
			39 369,62
			667 209,72
			704 842,72
Total de amortizações			
Total de provisões			
TOTAL DO ACTIVO			
	357 638 823,17	240 254 042,68	117 384 780,49
			163 315 163,86

O Conselho de Administração

O Presidente: Dr. José Manuel Silva Rodrigues
 Vogais: Eng.º Jaime Cipriano da Costa Rocha Quaresma
 Eng.º Augusto António Briquète Proença
 Eng.º José Alexandre Gonçalves Pereira de Oliveira
 Dr. António de Carvalho Santos e Silva

Capital Próprio e Passivo

Unidade: Euro

CÓDIGO DAS CONTAS POC		2002	2001
	Capital próprio		
51	Capital	163 532 270,02	163 532 270,02
	Acções (Quotas) Próprias:		
521	Valor Nominal	-	-
522	Descontos e Prémios	-	-
53	Prestações Suplementares	-	-
54	Prémio de Emissão de Acções (Quotas)	-	-
55	Ajustamentos de Partes de Cap. em Filiais e Associadas	45 078,17	24,08
56	Reservas de Reavaliação	3 990 383,17	3 990 383,17
	Reservas:		
571	Reservas Legais	-	-
572	Reservas Estatutárias	-	-
573	Reservas Contratuais	-	-
574 a 579	Outras Reservas	-	-
59	Resultados Transitados	- 282 757 586,37	- 209 086 129,95
	SUBTOTAL	- 115 189 855,01	- 41 563 452,68
88	Resultado Líquido do Exercício	- 70 932 740,61	- 73 671 456,42
89	Dividendos Antecipados	-	-
	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	- 186 122 595,62	- 115 234 909,10
	Passivo:		
	Provisões para Riscos e Encargos:		
291	Provisões para Pensões	1 359 841,00	1 383 876,00
292	Provisões para Impostos	247 457,00	247 457,00
293/8	Outras Provisões p/ Riscos e Encargos	3 855 667,80	3 634 401,80
		5 462 965,80	5 265 734,80
	Dividas a Terceiros - Médio e Longo Prazo:		
	Empréstimos por Obrigações:		
2321	Convertíveis	-	-
2322	Não Convertíveis	17 457 926,39	29 927 873,81
231	Dívidas a Instituições de Crédito	34 915 852,79	49 903 831,76
221	Fornecedores, c/c	-	-
2612	Fornecedores de Imobilizado - Títulos a Pagar	-	-
2611	Fornecedores de Imobilizado, C/C	13 888 156,96	21 019 403,29
24	Estado e Outros Entes Públicos	-	-
		66 261 936,14	100 851 108,86
	Dividas a Terceiros - Curto Prazo:		
	Empréstimos por Obrigações:		
2321	Convertíveis	-	-
2322	Não Convertíveis	12 469 947,44	4 987 978,97
233	Empréstimos por Títulos de Participação	-	-
231+12	Dívidas a Instituições de Crédito	173 743 679,69	125 201 792,91
269	Adiantamentos por Conta de Vendas	-	-
221	Fornecedores, C/C	6 756 291,75	5 732 269,22
228	Fornecedores - Facturas em Recepção e Conferência	391 728,24	304 463,77
222	Fornecedores - Títulos a Pagar	-	-
2612	Fornecedores de Imobilizado - Títulos a Pagar	-	-
253+254	Empresas Participadas e Participantes	1 316,26	-
251+255	Outros Accionistas (Sócios)	-	-
219	Adiantamentos de Clientes	-	-
239	Outros Empréstimos Obtidos	-	-
2611	Fornecedores de Imobilizado, C/C	9 020 821,44	8 123 483,46
24	Estado e Outros Entes Públicos	4 550 260,68	4 506 121,37
262+263+264		-	-
+265+267+268		-	-
+211	Outros Credores	4 906 159,70	3 835 533,41
		211 840 205,20	152 691 643,11
	Acréscimos e Diferimentos:		
273	Acréscimos de Custos	14 901 462,64	15 285 810,30
274	Proveitos Diferidos	5 040 806,33	4 455 775,89
		19 942 268,97	19 741 586,19
	TOTAL DO PASSIVO	303 507 376,11	278 550 072,96
	TOTAL C. PRÓPRIO E DO PASSIVO	117 384 780,49	163 315 163,86

O Técnico Oficial de Contas

Dr. José Carlos Boa-Alma

Demonstração dos resultados por naturezas EXERCÍCIO DE 2002

Unidade: Euro

CÓDIGO DAS CONTAS POC		2002	2001
A	Custos e Perdas		
61	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas:		
	Mercadorias	5 165,64	-
	Matérias	18 512 460,59	17 523 608,61
62	Fornecimentos e Serviços Externos	11 816 200,01	10 561 396,80
	Custos com o Pessoal:		
641+642	Remunerações	72 209 012,64	70 477 258,08
	Encargos Sociais:		
643+644	Pensões	13 286 203,33	13 024 971,75
645/8	Outros	21 597 500,15	27 156 698,75
66	Amortizações do Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo	16 230 330,47	17 169 510,67
67	Provisões	398 438,00	971 764,57
63	Impostos	524 676,11	549 380,71
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	113 581,31	107 755,09
	(A)	154 693 568,25	157 542 345,03
683+684	Amortizações e Provisões de Aplicações e Investimentos Financeiros	494 483,50	-
	Juros e Custos Similares:		
	Relativos a Empresas do Grupo	-	-
	Outros	10 929 478,88	11 099 709,69
	(C)	166 117 530,63	168 642 054,72
69	Custos e Perdas Extraordinários	134 140,34	194 254,72
	(E)	166 251 670,97	168 836 309,44
86	Imposto sobre o Rendimento do Exercício	26 038,41	28 643,34
	(G)	166 277 709,38	168 864 952,78
88	Resultado Líquido do Exercício	- 70 932 740,61	- 73 671 456,42
		95 344 968,77	95 193 496,36
B	Proveitos e Ganhos		
71	Vendas:		
	Mercadorias	6 162,19	-
	Produtos	-	-
72	Prestações de Serviços	72 889 975,64	72 178 945,71
(3)	Variação da Produção	- 207 103,33	150 642,98
75	Trabalhos para a Própria Empresa	3 537 462,33	2 317 032,11
73	Proveitos Suplementares	980 120,41	1 218 314,73
74	Subsídios à Exploração	16 563 045,03	17 570 425,06
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	421 404,69	434 430,48
	(B)	94 191 066,96	93 869 791,07
784	Rendimentos de Participações de Capital	-	45 166,32
	Rendimentos de Títulos Negociáveis e de Outras Aplicações Financeiras:		
	Relativos a Empresas do Grupo	-	-
	Outros	164 301,85	141 637,59
	Outros Juros e Proveitos Similares:		
	Relativos a Empresas do Grupo	-	-
	Outros	93 023,03	233 070,05
	(D)	94 448 391,84	94 289 665,03
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	896 576,93	903 831,33
	(F)	95 344 968,77	95 193 496,36
RESUMO:			
Resultados Operacionais:		(B)-(A) =	- 60 502 501,29
Resultados Financeiros:		[(D)-(B)]-[(C)-(A)] =	- 11 166 637,50
Resultados Correntes:		(D)-(C) =	- 71 669 138,79
Resultados antes de Impostos:		(F)-(E) =	- 70 906 702,20
Resultado Líquido do Exercício:		(F)-(G) =	- 70 932 740,61
			- 73 671 456,42

O Conselho de Administração

O Presidente: Dr. José Manuel Silva Rodrigues
 Vogais: Eng.º Jaime Cipriano da Costa Rocha Quaresma
 Eng.º Augusto António Briquète Proença
 Eng.º José Alexandre Gonçalves Pereira de Oliveira
 Dr. António de Carvalho Santos e Silva

O Técnico Oficial de Contas

Dr. José Carlos Boa-Alma

Demonstração dos Resultados por Funções EXERCÍCIO DE 2002

Unidade: Euro

	2002	2001
Vendas e Prestações de Serviços (1)	89.453.020,67	89.749.370,77
Custo das Vendas e das Prestações de Serviços	-112.998.669,37	-111.370.363,73
Resultados Brutos	-23.545.648,70	-21.620.992,96
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	1.407.687,29	1.652.745,21
Custos de Distribuição	-6.301.256,34	-5.570.434,38
Custos Administrativos	-17.610.582,13	-17.977.694,91
Outros Custos e Perdas Operacionais	-14.452.701,41	-21.354.217,88
Resultados Operacionais	-60.502.501,29	-64.870.594,92
Custo Líquido de Financiamento	-11.330.936,67	-10.821.465,18
Ganhos (perdas) em filiais e associadas		
Ganhos (perdas) em outros investimentos	164.301,85	141.637,59
Ganhos (perdas) não usuais	762.433,91	709.568,47
Resultados Correntes	-70.906.702,20	-74.840.854,04
Impostos sobre os Resultados Correntes	-26.038,41	-28.643,34
Resultados Correntes Após Impostos	-70.932.740,61	-74.869.497,38
Resultados Extraordinários		
Impostos sobre os Resultados Extraordinários		
Ganho por alteração do critério de Registo dos Inc. à Desvinculação		1.198.040,96
Resultados Líquidos	-70.932.740,61	-73.671.456,42
Resultados por Acção	-2,164	-2,996

(1) 2002 Inclui: 16 563 045,03 Subsídios à Exploração, sendo
16 426 512,33 afectos à Exploração de Serviço Público de Transportes e
136 532,70 de Subsídios para a Formação de Pessoal afecto a essa Exploração

2001 Inclui: 17 570 425,06 Subsídios à Exploração, sendo
17 459 637,99 afectos à Exploração de Serviço Público de Transportes e
110 787,07 de Subsídios para a Formação de Pessoal afecto a essa Exploração

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

EXERCÍCIO DE 2002

NOTA 3

1) 3 - Critérios valorimétricos e métodos de cálculo utilizados, relativamente às várias rubricas do Balanço e da Demonstração dos Resultados:

- As demonstrações financeiras reflectem os registos contabilísticos da Empresa efectuados no pressuposto da continuidade das operações e em obediência aos demais princípios contabilísticos geralmente aceites, excepto o constante na nota 15) 31 do POC (Directriz Contabilística n.º 19)
- As provisões para cobranças duvidosas estão constituídas em conformidade com o Artigo 34.º do código do IRC, com excepção de uma provisão, constituída em anos anteriores e reforçada no presente exercício para fazer face a dívidas antigas da Câmara Municipal de Lisboa, no valor de € 1.680.918,00.
- As existências estão valorizadas ao custo de aquisição ou ao custo de produção, existindo uma provisão de € 153.380,35 para depreciação de existências (materiais eventualmente obsoletos).
- Como método de custeio das saídas usa-se o custo médio ponderado.
- Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso dos empréstimos concedidos a empresas do grupo e de outros empréstimos concedidos, ao valor nominal. As perdas estimadas na realização das participações financeiras e empréstimos, encontram-se registadas na rubrica provisão para investimentos financeiros.
- O activo imobilizado corpóreo está valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção, reavaliado de acordo com as disposições legais - nota 6) 12 do POC, utilizando-se como método de cálculo das amortizações o das quotas constantes, sendo a vida útil dos bens como seguidamente se indica:

DESCRIÇÃO	ANOS
Edifícios e outras construções	8 - 100
Equipamento básico:	
Autocarros	8 - 12
Via férrea	16
Carros eléctricos	16
Carros eléctricos articulados	30
Rotáveis de autocarros	8 - 12
Rotáveis de eléctricos	16
Outros	3 - 20
Equipamento de transporte	4 - 6
Ferramentas e utensílios	1 - 14
Equipamento administrativo	1 - 8

- O activo imobilizado incorpóreo está registado ao custo de aquisição e é amortizado pelo método das quotas constantes durante um período de três anos;
- Os custos com a conservação plurienal e grandes reparações em edifícios, autocarros e eléctricos e com as grandes reparações de órgãos rotáveis de autocarros são capitalizados. Estes custos são amortizados segundo o método das quotas constantes, num período de dez anos para as grandes reparações em edifícios e de quatro anos para as restantes;
- Os restantes custos de manutenção e reparação são considerados custos do exercício em que são incorridos.
- As indemnizações compensatórias, não reembolsáveis, atribuídas pelo Governo à Empresa, para financiar parcialmente as suas operações em cumprimento das obrigações de serviço público, são registadas como subsídios à exploração no exercício em que são atribuídas. Em 2002 as compensações financeiras atribuídas pelo Governo, ascenderam a € 16.007.271,39.
- O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) é determinado com base em declarações de auto-liquidação, elaboradas de acordo com as normas fiscais vigentes. Estas declarações ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos, contado a partir dos exercícios a que respeitam. Não se esperam ajustamentos significativos às declarações dos anos anteriores.

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 2002, existiam os seguintes prejuízos fiscais:

NOTA 4

unidade: milhar de euro

ANO	PREJUÍZO FISCAL DECLARADO	ANO LIMITE PARA DEDUÇÃO
1996	37 273	2002
1997	48 791	2003
1998	54 299	2004
1999	67 976	2005
2000	73 942	2006
2001	73 671	2007

- 2) 6 - O conceito de impostos diferidos, resultante das diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos activos e dos passivos, não é adoptado por não ser previsível que, dado os condicionamentos da Empresa, as suas operações venham a gerar matéria colectável da qual resulte o pagamento de impostos no futuro ou a utilização dos prejuízos fiscais disponíveis.
- 3) 7 - O número médio de pessoas ao serviço da Empresa no exercício foi de 3 802 empregados com contratos sem prazo, ou de 3 932 considerando-se também os contratos a prazo. (Em 2001 eram, respectivamente 3 897 e 3 962)
- 4) 8 - As contas 431 - "Despesas de instalação" e 432 - "Despesas de investigação e de desenvolvimento" contemplam os seguintes registos:

CONTA 431:

Unidade: euro

ANO	DESCRIÇÃO	VALOR
2000	Despesas com aumento de capital	59 833,61
2001	Despesas com aumento de capital	195 567,54
2002	Despesas com aumento de capital	177 693,77
2002	Estudo de mobilidade aos residentes em Telheiras	27 500,00
		460 584,92

CONTA 432:

Unidade: euro

ANO	DESCRIÇÃO	VALOR
2000	Projecto Calypso - Bilhética	212 225,97
2001	Plataforma AMMOS	52 975,76
2002	Tecnologias para o SAEIP	12 469,93
		277 671,66

- 5) 10 - Os movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do Balanço e nas respectivas amortizações e provisões, constam dos mapas I e II anexos.
- 6) 12 - As reavaliações do imobilizado corpóreo foram efectuadas ao abrigo dos D.L. 430 / 78 de 27 de Abril, D.L. 219 / 82 de 2 de Junho, D.L. 399 - G / 84 de 28 de Dezembro, D.L. 118 - B / 86 de 27 de Maio, D.L. 111 / 88 de 2 de Abril, D.L. 49 / 91 de 25 de Janeiro, D.L. 264 / 92 de 24 de Novembro e D.L. 31 / 98 de 11 de Fevereiro.
- 7) 13 - As reavaliações efectuadas estão discriminadas no mapa I II em anexo.
- 8) 14 - Com relação às imobilizações corpóreas e em curso:
 - a) - Todo o imobilizado esteve afecto à actividade de transportes;
 - O equipamento administrativo em poder de terceiros tem o valor de € 137.365,96 e os edifícios e outras construções implantados em propriedade alheia têm o valor de € 2.165.171,96.
 - b) - Desde 1994 que não são capitalizados quaisquer custos financeiros.
- 9) 15 - Foi utilizado, durante o exercício, em regime de locação financeira, equipamento básico - 234 autocarros - com o valor contabilístico total de € 38.745.934,05.
 - O montante das respectivas amortizações acumuladas à data de 31/12/2002 era de € 17.259.641,41.
 - Estes bens estão contabilizados em conformidade com a Directriz Contabilística nº 25 e como tal registados no activo imobilizado corpóreo.
 - No exercício foram pagas rendas no montante de € 7.608.144,92, sendo € 1.021.994,48 de juros e € 6.586.150,44 de amortizações de capital.

- Em 31 de Dezembro de 2002, a Carris mantinha responsabilidades relativas a rendas vincendas destes contratos de locação financeira no montante de € 22.542.440,37, conforme segue:

ANOS	AMORT. CAPITAL	JUROS	RENDAS
2003	7.129.592,12	681.424,51	7.811.016,63
2004	5.099.986,79	427.033,91	5.527.020,70
2005	4.610.865,62	266.935,18	4.877.800,80
2006	2.874.498,63	119.913,92	2.994.412,55
2007	1.302.805,92	29.383,77	1.332.189,69
TOTAL	21.017.749,08	1.524.691,29	22.542.440,37

10) 16 - As empresas do grupo e associadas são:

- Grupo:

CARRISTUR - Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda., com sede na Rua 1ª de Maio, 103 - 1300 Lisboa, sendo a fracção do capital de 100% no valor de € 256.212,53. As contas desta empresa, no exercício de 2001, apresentavam os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	VALOR
- Total do activo líquido	3 051 349,75
- Total do capital próprio	291 886,53
- Total dos proveitos	3 754 025,44
- Resultados líquidos	9 726,13

- Associadas:

PUBLICARRIS - Publicidade na Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA, com sede na Rua Mário Castelhano nº 40 - Queluz de Baixo, 2749-502 Barcarena, sendo a fracção do capital de 45% no valor de € 67.500,00. As contas desta sociedade, no exercício de 2001, apresentavam os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	VALOR
- Total do activo líquido	1 283 081,29
- Total do capital próprio	187 584,81
- Total dos proveitos	2 651 670,97
- Resultados líquidos	13 005,54

As participações financeiras nestas sociedades encontram-se registadas de acordo com o descrito na nota 1) 3 do POC e não pelo método da equivalência patrimonial, tal como previsto na Directriz Contabilística nº 9, tendo em consideração que o efeito decorrente dessa aplicação não seria materialmente relevante a 31 de Dezembro de 2002.

Adicionalmente, a Empresa não procedeu à consolidação de contas daquelas participações de acordo com o Artigo 4º do D.L. 238/01 de 2 de Julho, também por serem materialmente irrelevantes.

11) 23 - O valor global dos créditos de cobrança duvidosa discrimina-se como segue:

DESCRIÇÃO	VALOR
- Clientes de cobrança duvidosa	6 764,64
- Devedores e credores diversos	2 047 896,00
- Outros devedores de cobrança duvidosa	150 598,06

12) 25 - Os valores globais das dívidas respeitantes ao pessoal, activas e passivas são as seguintes:

Unidade: euro

DESCRIÇÃO	VALOR
- Activas	22 417,62
- Passivas	72 275,94

Na rubrica do Balanço "Acréscimos de Custos" estão incluídos encargos a liquidar com férias e subsídio de férias que se vencem em 1 de Janeiro de 2 003, no montante de € 10.752.090,00.

13) 28 - Não existem pagamentos em mora ao Estado e outros entes públicos.

14) 29 - As dívidas a terceiros que se vencem a mais de 5 anos, constam das seguintes rubricas do Balanço:

- Dívidas a Instituições de Crédito	€ 4.987.978,97
-------------------------------------	----------------

15) 31 - Responsabilidade da Empresa por complementos de pensões de reforma e sobrevivência emergentes do Acordo de Empresa-reservas matemáticas correspondentes, conforme estudo actuarial realizado:

Unidade: milhar de euro

	2002	2001
Reformados e sobreviventes	136 672	139 223
Trabalhadores no activo	75 306	79 431
	214 978	218 654

Pressupostos actuariais e financeiros considerados:

TÁBUAS ACTUARIAIS	2002	2001
MORTALIDADE	TV - 73 / 77	
INVALIDEZ	EVK - 80	
	%	%
Índice de preços no consumidor	-	2,5
Taxa de actualização (diferimento)	5,0	5,0
Taxa técnica actuarial	5,0	5,0
Crescimento salarial nominal	3,5	3,5
Crescimento nominal das pensões	0	0
Taxa de revalorização	1,5	-

Durante o exercício de 2002 a Companhia pagou € 13.260.951,95 relativos a complementos de pensões (€ 13.003.446,71 em 2001).

- A responsabilidade da Empresa por rendas vincendas de contratos de A.L.D. é de € 71.053,69.

16) 32 - Em 31.12.2002, as garantias bancárias prestadas a favor de terceiros ascendiam a € 22.412.978,18 conforme segue:

Unidade: euro

DESCRIÇÃO	VALOR
- Garantias a favor da D.G. Impostos	20 394 296,42
- Garantias a favor dos tribunais	136 018,58
- Garantias a favor de outras entidades	1 718 059,87
- Garantia solicitada pela Fernave (empresa participada) para garantia de empréstimo bancário	164 603,31
	22 412 978,18

Existem ainda garantias, sob a forma de livranças, a favor de diversas instituições bancárias, para garantir empréstimos, no montante de € 82.816.863,38.

17) 34 - O desdobramento das contas de provisões acumuladas e a explicitação dos movimentos ocorridos no exercício, constam do mapa IV em anexo.

- 18) 35 - Em 27 de Fevereiro de 2002, foi realizado o aumento de capital subscrito em 31 de Dezembro de 2001, em conformidade com a Deliberação Social Unânime por Escrito, da mesma data, passando assim o Capital Social da Empresa para € 163.532.270,02.
- 19) 36 - O Capital da Empresa está dividido em 32 771 998 acções ordinárias nominativas, cujo valor nominal é de 4,99 euros.
- 20) 37 - O Estado Português é detentor de 100% do Capital Social da Empresa.
- 21) 39 - O saldo da conta de Reservas de Reavaliação era, no início e no fim do exercício, de € 3.990.383,17.
- 22) 40 - VARIAÇÃO DAS CONTAS DO CAPITAL PRÓPRIO

Unidade: euro

RUBRICAS	SALDO INICIAL	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO FINAL
Capital	163.532.270,02			163.532.270,02
Ajustamentos de partes de Cap. em Filiais e Associad.	24,08	45.054,09		45.078,17
Reservas de reavaliação	3.990.383,17			3.990.383,17
Resultados transitados	-209.086.129,95	73.671.456,42		-282.757.596,37
Resultados líquidos	-73.671.456,42	70.932.740,61	73.671.456,42	-70.932.740,61
	-115.234.909,10	144.604.197,03	73.716.510,51	-186.122.595,62

- 23) 41 - A demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas consta do mapa V em anexo.
- 24) 42 - A demonstração da variação da produção consta do mapa VI - I em anexo.
- A demonstração do custo das vendas e das prestações de serviços consta do mapa VI - II em anexo.
- 25) 43 - As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da Empresa, relacionadas com o exercício das respectivas funções foram:
- | | |
|---|---------------------|
| - Remunerações do Conselho de Administração: | € 381.687,34 |
| - Senhas de presença da Mesa da Assembleia Geral: | € 1.556,26 |
| TOTAL | € 383.243,60 |

- 26) 44 - A repartição do valor líquido das prestações de serviços, somente no mercado interno, é a seguinte:

Unidade: euro

DESCRIÇÃO	VALOR
- Serviço Público	68 923 320,17
- Alugueres	831 326,24
- Aluguer de espaços para publicidade	459 726,56
- Outras	2 675 602,67
TOTAL	72 889 975,64

- 27) 45 - A demonstração dos resultados financeiros consta do mapa VII em anexo.
- 28) 46 - A demonstração dos resultados extraordinários consta do mapa VIII em anexo.
- 29) 47 - Para efeito do disposto no despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro, publicado na 2ª série do D.R. nº 151 de 3/7/80, as despesas originadas pelas estruturas representativas dos trabalhadores foram, no exercício, as seguintes:

Unidade: euro

DESCRIÇÃO	VALOR
- Custo das matérias consumidas	2 743,29
- Fornecimentos e serviços externos	744,67
- Custos com pessoal	640 690,85
- Outros custos (fotocópias)	2 056,67
- Amortizações do Imobilizado Corpóreo	31,30
TOTAL	646 266,78

Hoive, em média, 10 trabalhadores afectos, a tempo inteiro, a estas estruturas.

30) 48 - OUTRAS INFORMAÇÕES

a) - A actividade principal da Companhia - exploração de transportes colectivos de superfície na cidade de Lisboa - resulta de uma concessão em regime de exclusividade, renovada pela Câmara Municipal de Lisboa em 1973 por um período de 50 anos.

b) - Em 31 de Dezembro de 2002, a composição dos empréstimos era a seguinte:

Unidade: euro

EMPRÉSTIMOS	CURTO PRAZO	MÉDIO PRAZO	LONGO PRAZO
		(1 a 5 anos)	(> 5 anos)
Empréstimos por obrigações			
- Não convertíveis			
Emissão de 1996	4 987 978,98	-	-
Emissão de 1998	7 481 968,46	17 457 926,39	-
	12 469 947,44	17 457 926,39	-
Empréstimos bancários			
Empréstimos internos	173 743 679,69	29 927 873,82	4 987 978,97
	173 743 679,69	29 927 873,82	4 987 978,97
TOTAL	186 213 627,13	47 385 800,21	4 987 978,97

Com a garantia do Estado Português, sob a forma de fiança, concedida por Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças de 30 de Dezembro de 2002, a CCFI emitiu em 28 de Janeiro de 2003 um empréstimo obrigacionista de € 100.000.000,00.

Na rubrica do Balanço "Acréscimos de Custos" estão incluídos, referente a empréstimos, € 1.657.798,09 de encargos financeiros, vencidos e não pagos em 31 de Dezembro de 2002.

Em 31 de Dezembro de 2002, os saldos em dívida dos empréstimos bancários venciam juros a taxas anuais compreendidas, na generalidade entre 3,66% e 4,83%. Os empréstimos por obrigações venciam juros a taxas anuais compreendidas entre 3,63% e 3,88%.

Conforme referido na nota 16) 32 do POC, a Companhia tem responsabilidades por garantias prestadas em empréstimos obtidos.

- Foi satisfeito em Fevereiro de 2003 o compromisso financeiro de conceder à empresa participada FERNAVE o montante de € 632.946,30, a título de suprimentos com vista ao seu saneamento económico e financeiro.

c) - A rubrica do Balanço "Títulos e Outras Aplicações Financeiras" regista o montante de € 1.677.090,33, respeitante a títulos da dívida pública detidos pela Empresa para garantir pensões de acidentes de trabalho de que foi auto seguradora até 8 de Janeiro de 1999.

Demonstração dos Fluxos de Caixa DEZEMBRO DE 2002 (MÉTODO DIRECTO)

Unidade: Euro

	2002	2001
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de Terceiros	79.453.751,80	79.863.852,41
Indemnizações Compensatórias e Outros Subsídios	33.339.271,01	1.102.446,93
Pagamentos a Fornecedores	-49.730.098,17	-46.228.313,80
Pagamentos ao Pessoal	-62.008.326,62	-66.449.495,91
Pagamentos ao Estado	-34.553.929,95	-34.567.335,31
Fluxos Gerados pelas Operações	-33.499.331,96	-66.278.845,68
Pagamento (-) / Recebimento do IRC	-23.885,25	-41.085,26
Fluxos Gerados Antes das Rubricas Extraordinárias	-33.523.217,21	-66.319.930,94
Receb. Relacionados com Rubricas Extraordinárias	44.917,51	18.737,54
Pagam. Relacionados com Rubricas Extraordinárias	-5.586,48	-9.830,10
Transferência p/ Trabalhos para a Própria Empresa	3.537.462,33	2.317.032,11
FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)	-29.946.423,85	-63.993.991,39
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Imobilizações Corpóreas	0,00	0,00
Imobilizações Financeiras	19.660,13	0,00
Subsídio ao Investimento	1.741.465,17	1.269.856,14
Juros	89.467,67	128.267,74
Pagamentos respeitantes a:		
Fornecedores de Imobilizado	-10.071.842,67	-8.924.525,16
Investimentos Financeiros	-153.465,96	0,00
Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas	0,00	-16.081,99
Transferência p/ Trabalhos para a Própria Empresa	-3.537.462,33	-2.317.032,11
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)	-11.912.177,99	-9.859.515,38
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos Obtidos a Médio e Longo Prazo	0,00	10.000.000,00
Utilização de Empréstimos a Curto Prazo	104.427.471,31	135.448.568,97
Livranças	0,00	0,00
Empréstimos Obrigacionistas	0,00	0,00
Aumento de Capital	24.338.226,00	19.952.006,00
Receitas Financeiras	92.122,55	201.530,23
Pagamentos respeitantes a:		
Amortização de Empréstimos a Medio e Longo Prazo	0,00	-19.951.915,91
Amortização de Empréstimos a Curto Prazo	-69.451.026,53	-93.449.786,03
Amortização de Livranças	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos Obrigacionistas	-4.987.978,95	-17.457.926,41
Encargos Financeiros	-10.570.649,84	-11.153.051,77
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)	43.848.164,54	23.589.425,08
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4)=(1)+(2)+(3)	1.989.562,70	-50.264.081,69
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INICIO DO PERÍODO	-22.101.389,84	28.162.691,85
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	-20.111.827,14	-22.101.389,84

Anexo à demonstração dos Fluxos de Caixa EXERCÍCIO DE 2002

1. Nada a referir

2. Discriminação dos componentes de Caixa e seus Equivalentes:

Unidade: Euro

RUBRICAS	31.12.02	31.12.01
Numerário	6.445,90	9.226,28
Depósitos bancários, imediatamente mobilizáveis	2.804.048,13	2.234.242,02
Equivalentes de Caixa:	-22.922.321,17	-24.625,27
- <i>Overdrafts</i>	-69.200.000,00	-16.959,13
- <i>Hot Money</i>		
Caixa e seus Equivalentes	-20.111.827,14	-22.101.389,84
Outras Disponibilidades	0,00	0,00
Disponibilidades Constantes do Balanço	2.810.494,03	2.243.468,30

3. Existem créditos bancários concedidos e não sacados que podem ser utilizados sem restrições no montante de 21 279 222,34 euros.

4. Nada a referir.

5. Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, nas rubricas das Actividades Operacionais e de Investimento consta uma parcela referente a "Trabalhos para a Própria Empresa", que embora correndo pelos fluxos Operacionais, respeitam na verdade a actividades de investimento.

Activo Bruto NOTA 5 - 10 DO POC

Unidade: Euro

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
Imobilizações Incorpóreas:					
Despesas de Instalação	296.502,10	205.183,77		-41.100,95	460.584,92
Despesa de Investigação e de Desenvolvimento	265.201,73	12.469,93			277.671,66
Propriedade Industrial e Outros Direitos	-				-
Trespases	-				-
Imobilizações em Curso	-	273.305,88		46.660,05	319.965,93
Adiantamentos por C/ Imobilizações Incorpóreas	46.660,05			-46.660,05	-
	608.363,88	490.959,58	0,00	-41.100,95	1.058.222,51
Imobilizações Corpóreas:					
Terrenos e Recursos Naturais	2.467.738,79				2.467.738,79
Edifícios e Outras Construções	87.792.545,14	159.517,15		30.990,98	87.983.053,27
Equipamento Básico	215.459.022,65	2.940.431,92	666.258,25	-67.489,82	217.665.706,50
Equipamento de Transporte	2.340.912,58	65.551,76	145.293,95	-67,00	2.261.103,39
Ferramentas e Utensílios	2.250.841,67	32.478,05		-6.608,86	2.276.710,86
Equipamento Administrativo	9.136.634,25	783.436,36	17,60	-173.967,60	9.746.085,41
Taras e Vasilhame	-				-
Outras Imobilizações Corpóreas	15.622,96	20.813,42			36.436,38
Imobilizações em Curso	2.594.299,75	2.313.675,34		-449.546,94	4.458.428,15
Adiantamentos por C/ Imobilizações Corpóreas	-			49.721,60	49.721,60
	322.057.617,79	6.315.904,00	811.569,80	-616.967,64	326.944.984,35
Investimentos Financeiros:					
Partes de Capital em Empresas do Grupo	256.212,53				256.212,53
Partes de Capital em Empresas Associadas	22.445,91	45.054,09			67.500,00
Empréstimos a Empresas Associadas	-				-
Investimentos em Imóveis	-				-
Títulos e Outras Aplicações Financeiras	1.991.401,03	154.870,29	26.387,83		2.119.883,49
Outros Empréstimos Concedidos	119.711,50	370.200,00			489.911,50
Imobilizações em Curso	-				-
Adiantamentos por C/ Investimentos Financeiros	-				-
	2.389.770,97	570.124,38	26.387,83	0,00	2.933.507,52
TOTAL	325.055.752,64	7.376.987,96	837.957,63	-658.068,59	330.936.714,38

Amortizações e Provisões NOTA 5 - 10 DO POC

Unidade: Euro

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO (a)	REGULARIZAÇÕES (b)	SALDO FINAL
Imobilizações Incorpóreas:				
Despesas de Instalação	146.179,20	153.528,31	-41.100,95	258.606,56
Despesas de Investigação e de Desenvolvimento	159.142,56	92.557,23	-	251.699,79
Propriedade Industrial e Outros Direitos	-	-	-	-
Trespases	-	-	-	-
	305.321,76	246.085,54	-41.100,95	510.306,35
Imobilizações Corpóreas:				
Terrenos e Recursos Naturais	-	-	-	-
Edifícios e Outras Construções	67.107.084,49	3.443.378,01	-93.793,59	70.456.668,91
Equipamento Básico	144.556.660,20	11.193.043,84	-935.220,77	154.814.483,27
Equipamento de Transporte	1.841.075,29	242.073,16	-145.360,95	1.937.787,50
Ferramentas e Utensílios	1.433.918,67	242.653,85	-6.308,67	1.670.263,85
Equipamento Administrativo	7.692.668,64	863.096,07	-175.466,51	8.380.298,20
Taras e Vasilhame	-	-	-	-
Outras Imobilizações Corpóreas	-	-	-	-
	222.631.407,29	15.984.244,93	-1.356.150,49	237.259.501,73
Investimentos Financeiros:				
Títulos e Outras Aplicações Financeiras	6.885,00	4.572,00	-	11.457,00
Outros Empréstimos Concedidos	-	489.911,50	-	489.911,50
	6.885,00	494.483,50	-	501.368,50
TOTAL	222.943.614,05	16.724.813,97	-1.397.251,44	238.271.176,58

(a) Corresponde às amortizações registadas no Exercício

(b) Inclui reduções por Abates ou Alienações

Quadro Discriminativo das Reavaliações NOTA 7 - 13 DO POC

Unidade: Euro

RUBRICAS	CUSTOS HISTÓRICOS (a)	REAVALIAÇÕES (a) (b)	VALORES CONTABILÍSTICOS REAVALIADOS (a)
Imobilizações Corpóreas:			
Terrenos e Recursos Naturais	258.433,69	2.209.305,10	2.467.738,79
Edifícios e outras construções	6.647.343,28	10.879.041,08	17.526.384,36
Equipamento Básico	60.431.930,60	2.419.292,63	62.851.223,23
Equipamento de Transporte	323.315,89	-	323.315,89
Ferramentas e Utensílios	606.444,84	2,17	606.447,01
Equipamento Administrativo	1.365.535,81	251,40	1.365.787,21
Outras Imobilizações Corpóreas	36.436,38	-	36.436,38
TOTAL	69.669.440,49	15.507.892,38	85.177.332,87

(a) - Líquidos de Amortizações

(b) - Englobam as Sucessivas Reavaliações

Mapa de Provisões

NOTA 17 - 34 DO POC

Unidade: Euro

	CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
19	Provisões para Aplicações de Tesouraria	-	-	-	-
28	Provisões para Cobranças Duvidosas	1.855.618,00	14.157,00	40.289,25	1.829.485,75
29	Provisões para Riscos e Encargos	5.265.734,80	384.281,00	187.050,00	5.462.965,80
39	Provisões para Depreciação de Existências	153.380,35	0,00	0,00	153.380,35
49	Provisões para Investimentos Financeiros	6.885,00	494.483,50	0,00	501.368,50

Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

NOTA 23 - 41 DO POC

Unidade: Euro

MOVIMENTOS	MERCADORIAS	MATÉRIAS PRIMAS SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO
Existências Iniciais	0,00	2.909.917,99
Compras	8.741,53	18.465.335,94
Regularização de Existências	57.657,27	0,00
Existências Finais	61.233,16	2.862.793,34
CUSTOS NO EXERCÍCIO	5.165,64	18.512.460,59

Demonstração da Variação da Produção NOTA 24 - 42 DO POC

Unidade: Euro

MOVIMENTOS	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	SUBPRODUTOS, DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS	PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO
Existências Finais	-	-	428.646,84
Regularização de Existências	-	-	-
Existências Iniciais	-	-	-635.750,17
Aumento / Redução no Exercício	-	-	-207.103,33

Demonstração do Custo das Vendas e das Prestações de Serviços NOTA 24 - 42 DO POC

Unidade: Euro

MOVIMENTOS	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	SUBPRODUTOS, DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Existências Iniciais	635.750,17	-	-
Entradas Provenientes da Produção	2.158.588,00	-	110.632.978,04
Regularização de Existências	-	-	-
Saídas para a Produção e Imobilizado	-	-	-
Existências Finais	-428.646,84	-	-
Custo das Vendas e das Prestações de Serviços	2.365.691,33	-	110.632.978,04

Demonstração dos Resultados Financeiros NOTA 27 - 45 DO POC

CUSTOS E PERDAS		EXERCÍCIOS	
		2002	2001
681	Juros Suportados	10 463 087,15	10 800 144,40
682	Perdas em Empresas do Grupo e Associadas	-	-
683	Amortizações de Investimentos em Imóveis	-	-
684	Provisões para Aplicações Financeiras	494 483,50	-
685	Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	2,68	8,14
686	Descontos de pronto pagamento Concedidos	-	-
687	Perdas na Alienação de Aplicações de Tesouraria	-	-
688	Outros Custos e Perdas Financeiros	466 389,05	299 557,15
RESULTADOS FINANCEIROS		-11.166.637,50	- 10 679 835,73
		257 324,88	419 873,96

Demonstração dos Resultados Extraordinários NOTA 28 - 46 DO POC

CUSTOS E PERDAS		EXERCÍCIOS	
		2002	2001
691	Donativos	16 966,55	31 972,70
692	Dívidas Incobráveis	50 469,72	9 034,13
693	Perdas em Existências	-	-
694	Perdas em Imobilizações	60 908,96	89 157,43
695	Multas e Penalidades	185,01	1 196,38
696	Aumentos de Amortizações e de Provisões	-	-
697	Correcções Relativas a Exercícios Anteriores	-	-
698	Outros Custos e Perdas Extraordinários	5 610,10	62 894,08
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS		762 436,59	709 576,61
		896 576,93	903 831,33

Unidade: Euro

PROVEITOS E GANHOS		EXERCÍCIOS	
		2002	2001
781	Juros Obtidos	159 002,06	222 894,27
782	Ganhos em Empresas do Grupo e Associadas	-	-
783	Rendimentos de Imóveis	79 335,81	56 172,83
784	Rendimentos de Participações de Capital	-	45 166,32
785	Diferenças de Câmbio Favoráveis	-	-
786	Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	18 960,66	18 013,27
787	Ganhos na Alienação de Aplicações de Tesouraria	-	-
788	Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	26,35	77 627,27
		257 324,88	419 873,96

Unidade: Euro

PROVEITOS E GANHOS		EXERCÍCIOS	
		2002	2001
791	Restituição de Impostos	-	134,75
792	Recuperação de Dívidas	-	-
793	Ganhos em Existências	-	-
794	Ganhos em Imobilizações	17 902,86	62 205,49
795	Benefícios de Penalidades Contratuais	76 287,70	112 229,53
796	Reduções de Amortizações e de Provisões	227 339,25	145 368,83
797	Correcções Relativas a Exercícios Anteriores	-	-
798	Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	575 047,12	583 892,73
		896 576,93	903 831,33

Demonstração da Origem e da Aplicação de Fundos

Origem de Fundos

INTERNAS		
Resultado Líquido do Exercício	-70.932.740,61	
Amortizações		
Do Exercício	16.230.330,47	
Variação de Provisões	665.582,25	-54.036.827,89
EXTERNAS		
Aumentos dos Capitais Próprios:		
Aumentos de Ajust. de Partes de Cap. em Filiais e Associadas	45.054,09	
Movimentos Financeiros a Médio e Longo Prazo:		
Diminuições de Investimentos Financeiros:		
Títulos e Outras Aplicações Financeiras	26.387,83	71.441,92
Diminuições de Imobilizações:		
Cessão de Imobilizações		
(Pelo Valor Contabilístico Líquido)		
Imobilizações Corpóreas:		
Edifícios e Outras Construções	1.354,98	
Equipamento Básico	58.063,11	
Ferramentas e Utensílios	300,19	
Equipamento Administrativo	795,91	
Outras Imobilizações Corpóreas	0,00	
Imobilizações em Curso	11.872,76	72.386,95
Diminuição dos Fundos Circulantes		95.859.159,70
		41.966.160,68

Aplicação dos Fundos

Unidade: Euro

Movimentos Financeiros a Médio e Longo Prazo

Aumentos de Investimentos Financeiros:

Partes de Capital em Empresas Associadas

45 054,09

Títulos e Outras Aplicações Financeiras

154 870,29

Outros Empréstimos Concedidos

370.200,00

570.124,38

Diminuições de Dívidas a Terceiros a M. e L. Prazo:

Empréstimos p/ Obrigações não Convertíveis

12.469.947,42

Dívidas a Instituições de Crédito

14.987.978,97

Fornecedores de Imobilizado, c/c

7.131.246,33

34.589.172,72

Aumentos de Imobilizações:

Trabalhos da Empresa para Ela Própria

3.537.462,33

Aquisição de Imobilizações

3.269.401,25

6.806.863,58

41.966.160,68

Demonstração das Variações dos Fundos Circulantes

Unidade: Euro

Aumento das Existências		Diminuição das Existências	
Mercadorias	61.233,16	Matérias primas subsidiárias e de consumo	47.124,65
Adiantamentos p/ Conta de Compras	603,37	Produtos e Trabalhos em Curso	207.103,33
Aumentos das Dívidas de Terceiros a C. Prazo		Diminuição das Dívidas de Terceiros a C. Prazo	
Clientes c/c	920.650,71	Clientes de Cobrança Duvidosa	11.645,28
Adiantamentos a Fornecedores	9.890,57	Empresas Participadas e Participantes	145,32
Estado e Outros Entes Públicos	2.002.208,14	Outros Devedores	15.431.501,69
		Subscritores de Capital	24.338.226,00
Aumentos das Disponibilidades		Aumentos das Dívidas a Terceiros a C. Prazo	
Depósitos bancários	569.806,11	Empréstimos por Obrigações - Não Convertíveis	7.481.968,47
Diminuições de Acréscimos e Diferimentos		Dívidas a instituições de Crédito	48.541.886,78
Acréscimos de Custos	384.347,66	Fornecedores c/c	1.024.022,53
Aumentos de Acréscimos e Diferimentos		Fornecedores - Facturas em Recepção e conferência	87.264,47
Acréscimos de Proveitos	1.736,62	Empresas Participadas e Participantes	1.316,26
		Fornecedores de Imobilizado c/c	897.337,98
Diminuição dos Fundos Circulantes	95.859.159,70	Estado e Outros Entes Públicos	44.139,31
		Outros credores	1.070.626,29
		Diminuição das Disponibilidades	
		Caixa	2.780,38
		Aumentos de Acréscimos e Diferimentos	
		Proveitos Diferidos	585.030,44
		Diminuições de Acréscimos e Diferimentos	
		Custos diferidos	37.516,86
	99.809.636,04		99.809.636,04

RELATÓRIO E PARECER
DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

No cumprimento das disposições legais aplicáveis, submetemos à esclarecida apreciação de V. Exas. os nossos Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., relativos a 2002.

Relatório

1. Acompanhámos com regularidade, ao longo do exercício, a actividade da empresa através da leitura e análise das actas do Conselho de Administração, reunindo com este órgão, ou isoladamente com os seus membros, e com os Serviços da empresa. Fizemo-lo também através do exame de contratos, livros, registos contabilísticos e, por amostragem, documentos de suporte das operações.

2. Os relatórios dos trabalhos efectuados pelo Gabinete de Controlo Interno e Auditoria e o relatório e parecer sobre as contas do exercício emitidos pelos Auditores Independentes Multinacionais foram também documentos úteis para o desempenho das nossas funções.

3. O Conselho de Administração e os Serviços prestaram-nos os esclarecimentos que lhes solicitámos sobre as análises e verificações a que procedemos.

4. Existe concordância entre o conteúdo do Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras.

5. É nossa convicção de que os documentos de prestação de contas observam as disposições legais aplicáveis e os princípios contabilísticos geralmente aceites, excepto no significativo efeito da situação descrita na Reserva que consta da Certificação Legal das Contas, a qual deve ser considerada na compreensão da situação financeira da empresa em 31 de Dezembro de 2002, do resultado apurado e dos fluxos de caixa no exercício. Devem também ser observadas as Ênfases que constam da Certificação Legal das Contas.

6. Os critérios valorimétricos e as políticas contabilísticas utilizados são referidos na Nota 1 (3 do POC) do Anexo.

7. O Capital Próprio da empresa em 31 de Dezembro de 2002 apresenta um valor negativo de 186 122 595,62 euros, sem considerar as responsabilidades por complementos de pensões não provisionadas, avaliadas naquela data em 214 978 milhares de euros. Esta situação coloca a continuidade da empresa dependente do apoio financeiro do seu accionista Estado que em 2002 atribuiu apenas 16 007 271,39 euros de indemnização compensatória, um apoio inferior em 45 157 662,81 euros ao dado no exercício anterior (44 240 232,02 euros de aumento de capital e

16 924 702,18 euros de indemnização compensatória), insuficiente para afastar as preocupações financeiras da gestão da empresa, pois o Capital Próprio negativo aumentou de 115 234 909,10 euros em 2001, para 186 122 595,62 euros em 2002. Torna-se, por isso, muito importante a definição de uma estratégia a prazo do accionista Estado com vista ao saneamento da situação financeira apresentada, tendo sobretudo em atenção a avaliação cuidadosa dos preços sociais praticados pela empresa, face aos custos reais do serviço prestado, a resolução da pesada responsabilidade não fundada nem provisionada dos complementos de pensões e, cumulativamente, a abrangência da empresa pelo Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais.

8. O Conselho de Administração descreve com transparência e pormenor, no bem elaborado Relatório de Gestão e nas Demonstrações Financeiras apresentadas, a sua acção na condução dos negócios da empresa, e os principais factores que condicionaram e influenciaram a actividade, o resultado, os fluxos de caixa e a situação financeira em 2002, incluindo a situação causadora da reserva que consta da Certificação Legal das Contas. Perspectiva, também, a evolução e os objectivos futuros a atingir pela CARRIS, enquadrados nas opções estratégicas que constam do ponto 1.1 do Relatório, em que são definidas com grande clareza as principais situações que condicionam os serviços prestados e, consequentemente, a gestão da empresa, e apontados caminhos para as resolver.

9. Emitimos a Certificação Legal das Contas e o Relatório Anual que nos competem como Revisores Oficiais de Contas.

10. Agradecemos ao Conselho de Administração a referência positiva feita no seu Relatório à nossa colaboração, a qual só pode ser atribuída ao profissionalismo interessado e participativo que utilizamos como norma no desempenho das nossas funções, no exercício das quais, no entanto, preservamos sempre a nossa total independência.

Parecer

Sem prejuízo do exposto atrás no Relatório, somos de parecer que merecem a Vossa aprovação:

1. O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2002 apresentados pelo Conselho de Administração;

2. A Proposta de Aplicação de Resultados.

Lisboa, 6 de Março de 2003

RRR – Raimundo Aleixo, Celestino Rodrigues & Silvério Rodrigues, SROC N.º 88 representada pelo sócio Dr. Leontino Raimundo Aleixo - ROC N.º 98



The background of the page is a solid teal color. Overlaid on this are several large, overlapping circles drawn with a dashed line. A small, solid teal triangle points to the right, positioned to the right of the text.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as Demonstrações Financeiras da COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2002, (que evidencia um total de Balanço de 117 384 780,49 euros e um total de Capital Próprio negativo de 186 122 595,62 euros, incluindo um Resultado Líquido negativo de 70 932 740,61 euros), as Demonstrações dos Resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da CARRIS a preparação de Demonstrações Financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas Demonstrações Financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as Demonstrações Financeiras

estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame inclui:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das Demonstrações Financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da CARRIS, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das Demonstrações Financeiras.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

6. O Acordo de Empresa em vigor dá direito a complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência. A CARRIS apenas regista como custo do exercício os complementos nele pagos. Em 2002 o pagamento de complementos de pensões totalizou 13 260 951,95 euros. Não tem sido constituído fundo nem criada qualquer provisão para fazer face às responsabilidades com os complementos de pensões. Estas responsabilidades foram avaliadas por cálculo actuarial referido a 31 de Dezembro de 2002 em 214 978 milhares de euros, sendo 136 672 milhares de euros relativos a reformados e sobreviventes, e 78 306 milhares de euros respeitantes a trabalhadores no activo. O valor actual das responsabilidades por serviços até 31.12.02 dos trabalhadores no activo foi

determinado pelo Método do "Unit Credit" projectado. Os pressupostos usados no cálculo das responsabilidades antes referidas estão descritos na Nota 15 (31 do POC) do Anexo.

Opinião

7. Em nossa opinião, e dada a relevância e significado dos efeitos da situação descrita no parágrafo n.º 6 acima, as referidas Demonstrações Financeiras não apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., em 31 de Dezembro de 2002, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Ênfases

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

8.1. A actividade de transportes colectivos urbanos de superfície que a CARRIS desenvolve na cidade de Lisboa tem vindo a gerar prejuízos que em 31.12.2002 totalizam 353 690 335,38 euros, sendo 282 757 586,37 euros relativos a exercícios anteriores e 70 932 740,61 euros referentes ao exercício de 2002. O Estado Português tem vindo a contribuir para financiar a situação através de indemnizações compensatórias e de dotações para capital. Em 2002 os subsídios à exploração totalizaram 16 563 045,03 euros, dos quais a indemnização compensatória representa 16 007 271,39 euros (valor este inferior em 417 430,79 euros ao de 2001). Em 2002 não houve dotação de capital, enquanto em 2001 foram efectuadas duas

dotações totalizando 44 290 232,02 euros. O Capital Próprio da CARRIS em 31.12.2002 apresenta um valor negativo de 186 122 595,62 euros. Se a este montante adicionarmos as responsabilidades referidas no parágrafo n.º 6 atrás, o Capital Próprio atinge o valor negativo de 401 100 595,62 euros. Portanto, a continuidade das operações socialmente indispensáveis que a CARRIS desenvolve está dependente da manutenção do suporte financeiro do Estado (accionista a 100%), compensando, de uma forma objectiva, a insuficiência dos preços sociais praticados para a cobertura dos custos suportados e saneando a situação financeira deficitária existente em 31 de Dezembro de 2002. (Vide Notas 1 (3 do POC), e 22 (40 do POC) do Anexo).

8.2. O balanço em 31 de Dezembro de 2002 apresentado pelo Conselho de Administração mostra a perda da totalidade do Capital Social, situação que é ampliada com a reserva do parágrafo n.º 6 acima, pelo que a empresa está abrangida pelo artigo 35º do CSC, que entrou em vigor ao abrigo do artigo 4º do Decreto-Lei n.º 237/2001, de 30 de Agosto, e cuja redacção foi alterada pelo Decreto-Lei n.º 162/2002, de 11 de Julho. O Conselho de Administração deve tomar as medidas que constam do n.º 3 do citado artigo, havendo o risco, caso tal não se verifique, de poderem ser accionados os mecanismos previstos no n.º 4 no final do exercício de 2004 (artigo 2º do Decreto-Lei n.º 162/2002), o que implica uma situação potencial com eventuais efeitos na continuidade da empresa.

Lisboa, 6 de Março de 2003

RRR - Raimundo Aleixo, Celestino Rodrigues & Silvério Rodrigues, SROC N.º 88 representada pelo sócio Dr. Leon-tino Raimundo Aleixo - ROC N.º 98

